



A Abordagem de Fernando Távora ao espaço
público em Guimarães

Sara Vanessa Gonçalves de Magalhães

ULP | 2020

Sara Vanessa Gonçalves de Magalhães

**A Abordagem de Fernando Távora ao
espaço público em Guimarães**

Proposta de intervenção no Largo Ator Dias

Trabalho realizado sob orientação da

**Professora Doutora Arquiteta Isabel Maria da
Cruz Batista Matias**



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Sara Vanessa Gonçalves de Magalhães

**A Abordagem de Fernando Távora ao
Espaço Público em Guimarães**

Proposta de intervenção no Largo Ator Dias

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação defendida em Provas Públicas na
Universidade Lusófona do Porto, no dia 18 de janeiro de
2021, perante o júri seguinte

Presidente: Prof. Doutor Pedro Francisco Fernandes da
Silva Maia

Arguente: Prof^a Doutora Edite Maria Figueiredo Rosa

Orientador: Prof^a Doutora Isabel Maria da Cruz Batista
Matias

Outubro 2020

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às pessoas mais importantes da minha vida.

Aos meus pais, pela luta constante que fizeram para eu conseguir realizar esta etapa na minha vida, pelas palavras de força, de coragem, de amor, de ambição e de orgulho.

Aos meus avós paternos, pela incansável preocupação e por todo o amor incondicional.

Sem estas pessoas, este passo de concretização do meu sonho não teria sido de todo possível.

Em segundo lugar gostaria de agradecer ao Luís, que esteve presente em todos os momentos desta etapa, pela paciência, pelo apoio, pelo carinho.

Agradeço também às minha amigas, que estiveram sempre do meu lado, pelas risadas, pela paciência, carinho e apoio e a todos os outros que tenho o privilégio de poder chamar de amigos.

Aos meus colegas de curso que me acompanharam e ajudaram de certa forma nestes cinco anos, mas em especial à minha colega e amiga Elisabete, que foi incansável em prestar auxílio nos momentos em que mais precisei, pela paciência, companhia, carinho e gargalhadas, sem ti este percurso teria sido muito mais monótono.

Gostaria de agradecer aos seguintes professores, ao Professor Rui Castro, primeiro professor que me fez despertar o interesse pela arquitetura, ao Professor João Nuno Gomes, pelos ensinamentos, pela sinceridade, pela simpatia e ao Professor José Gigante, que apesar das complicações que teve durante este percurso, transmitiu dedicação, bons ensinamentos, honestidade.

Por fim e não menos importante, agradeço em especial à Professora Doutora Isabel Matias, orientadora desta dissertação pela disponibilidade, por todo o apoio que me deu com a investigação e correta execução desta dissertação.

A todos o meu sincero obrigada.

“Love and gratitude can part seas, move mountains, and create miracles”

Rhonda Byrne, The Secret

RESUMO

A presente dissertação tem por base analisar o método projetual do Arquiteto Fernando Távora, acerca da organização do espaço público urbano em Guimarães, para posteriormente demonstrar, de que forma, esse estudo influenciou a proposta de intervenção desenvolvida no âmbito da unidade curricular de projeto 5, sob o tema “Casa do Jazz do Largo Ator Dias - Recuperação do espaço urbano”.

Ao nível da sua estrutura desenvolve no primeiro momento uma introdução ao tema abordado nesta dissertação, mencionando o enquadramento, objetivos e metodologia. No segundo capítulo realiza-se a revisão da literatura, compreendendo os conceitos de espaço público e a sua evolução ao longo dos tempos, para tal serão analisados textos de diversos autores, tanto a nível internacional como nacional, de forma a justificar os diferentes conceitos utilizados que definem estes espaços na cidade. Posteriormente a perspetiva de intervenção do Arquiteto Fernando Távora apresentando as suas ideias e filosofia de intervenção, através da análise de duas obras literárias “O problema da casa portuguesa” e “Da organização do espaço”. No mesmo ponto é feito também uma breve análise das experiências francesas, inglesas e italianas que tiveram uma influência direta na reabilitação dos centros históricos em Portugal e de que forma a abordagem de Távora em Guimarães se enquadra nos pressupostos destes países.

De seguida, fez-se uma breve análise da evolução urbana da cidade de Guimarães, demonstrando de que forma esta evoluiu de dois concelhos autónomos para a atualidade, com recurso à programação levada a cabo pela autarquia sistematizada numa tabela com os vários instrumentos de gestão territorial elaborados no último século.

Neste ponto são analisadas também as intervenções feitas pelo Arquiteto Fernando Távora nos espaços públicos em Guimarães, tendo sempre em conta a sua filosofia projetual, com recurso a plantas do arquiteto e fotografias atuais dos diferentes espaços.

Por fim, apresenta-se a proposta de intervenção no Largo Ator Dias, explicando de que forma o estudo da ligação entre a prática projetual e as abordagens teóricas anteriormente estudadas influenciaram esse exercício.

ABSTRACT

The present dissertation is based on analyzing the design method of Architect Fernando Távora, regarding the organization of the public space in Guimarães, to later demonstrate how this study influenced the intervention proposal developed in the curricular unit of project 5, under the theme of “Jazz house of Largo Ator Dias-Restoration of urban space”.

At the level of its structure, it initially develops an introduction to the theme addressed in this dissertation, mentioning the framework, objectives and methodology. In the second moment, the literature review takes place, understanding the concepts of public space and its evolution overtime, for this purpose texts from different authors will be analyzed, both internationally and nationally, in order to justify the different concepts used that define these spaces in the city. Subsequently the intervention perspective of Architect Fernando Távora is analyzed, presenting his ideas and philosophy of intervention, through the analysis of two literary works “The problem of the Portuguese house” and “Of the organization space”. At the same point, a brief analysis is also made of the French, English and Italian experiences that had a direct influence on the rehabilitation of historic centers in Portugal and how Távora’s approach in Guimarães fits into the assumptions of these countries.

Then, a brief analysis of the urban evolution of the city of Guimarães was made, demonstrating how it evolved from two autonomous municipalities to the present day, using the programming carried out by the autarchy systematized in a table with the various instruments of territorial management elaborated in the last century.

At this point the interventions made by Architect Fernando Távora in public spaces in Guimarães are also analyzed, always taking into account his design philosophy, using the architect’s plans and current photographs of the different spaces.

Finally, the intervention proposal at Largo Ator Dias is presented, explaining how the study of the connection between design practice and the previously studied theoretical approaches influenced this exercise.

Keywords: Fernando Távora, Public space, Historic center, Porto, Guimarães.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS	xii
ÍNDICE DE TABELAS	xiv
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO II – ESPAÇO PÚBLICO	16
2.1. Abordagem aos conceitos	16
2.2. A perspetiva de intervenção de Fernando Távora	19
CAPÍTULO III – OBRA PÚBLICA DO ARQUITETO FERNANDO TÁVORA EM GUIMARÃES	25
3.1. Breve evolução urbana de Guimarães.....	25
3.2. Planeamento Urbano de Guimarães	27
3.3. As intervenções nos Espaços Urbanos	35
Largo Cónego José Maria Gomes/Município	37
Praça de Santiago	41
Praça de Nossa Senhora da Oliveira.....	45
Largo de João Franco/Misericórdia	49
Largo Condessa do Juncal	53
CAPÍTULO IV – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO LARGO ATOR DIAS	57
4.1. Enquadramento Urbano	57
4.2. Memória Descritiva e Justificativa do Projeto	63
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
ANEXOS	74

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Planta de Guimarães entre 950 a 1279, correspondente à época dos dois núcleos urbanos. Fonte: (Matos, 2012-2013), (sem escala).	26
Figura 2 – Planta representativa da evolução urbana de Guimarães entre 1279 a 1498, época do amuralhamento e união das vilas. Fonte: (Matos, 2012-2013), (sem escala).....	26
Figura 3 – Levantamento em planta da cidade entre 1863 e 1867 pelo Eng. Manuel D’Almeida Ribeiro. Fonte: AMAP (sem escala).....	29
Figura 4 - Anteplano de Urbanização da cidade de Guimarães (aditamento), 1953 pelos Arq. David Moreira da Silva e Arqª Maria José Marques da Silva. Fonte: AMAP (sem escala).	30
Figura 5 – Planta da Evolução da forma Urbana, realizada para o Plano Geral de Urbanização, pelos arquitetos Fernando Távora e Alfredo Matos Ferreira de 1981. Fonte: (Matos, 2012-2013), (sem escala).....	32
Figura 6 - Extrato da planta de condicionantes do PDM de Guimarães, 1994. Fonte: Websig-mapas online Camara Municipal de Guimarães (sem escala).	33
Figura 7 - Extrato da legenda da planta de condicionantes. Fonte: Websig-mapas online Camara Municipal de Guimarães.....	33
Figura 8 - Extrato da planta de ordenamento do PDM de Guimarães, 1994. Fonte: Websig-mapas online Camara Municipal de Guimarães (sem escala).	34
Figura 9 - Extrato da legenda da planta de ordenamento. Fonte: Websig-mapas online Camara Municipal de Guimarães.....	34
Figura 10 - Planta das praças projetadas pelo G.T.L, 1988. Fonte: (Esposito & Leoni, 2005), (sem escala).....	36
Figura 11 - Foto do largo com vista para a fachada do Convento Santa Clara; Axialidade da fonte com o Convento Santa Clara. Fonte: Autor.....	38
Figura 12 – Planta da Largo do Município e marcação das guias perpendiculares e paralelas. Fonte: (Trigueiros, 1993), (sem escala).....	38
Figura 13 - Desenho técnico do meco de pedra; Foto do meco de pedra com a Rua de Santa Maria. Fonte: (Leite, 2009); Autor.	39
Figura 14 - Desenho técnico do passeio; Foto do lajeado em frente da Câmara. Fonte: (Leite, 2009); Autor.	40
Figura 15 - Desenho técnico dos muros e bola de pedra; Foto da escadaria e dos muros. Fonte: (Leite, 2009); Autor.	40
Figura 16 –Planta e corte da fonte do Largo do Município; Foto da fonte com vista para a biblioteca. Fonte: (Trigueiros, 1993); Autor.	40
Figura 17 - Vista panorâmica da praça; Vista da entrada pelo Museu de Arte Naif. Fonte: Autor.	42
Figura 18 – Planta da praça de Santiago.Fonte: (Trigueiros, 1993), (sem escala).	42
Figura 19 - Capela de S. Tiago (desenho de Carlos Van Zeller); Praça de Santiago em meados do séc. XIX. Fonte: (Cardozo, 1953)	43
Figura 20 - Esquema que delimita as direções para a malha do pavimento de ambas as praças; Esquemas que determinam as distâncias da malha quadrangular. Fonte: (Lima, 2011-2012), (sem escala).	43

Figura 21 - Marcação da capela de S. Tiago no pavimento da praça; Lajetas de granito dispostas na perpendicular à.....	44
Figura 22 - Interseção de pavimentos da guia central da faixa rodoviária para as lajetas de granito polido na Rua de Santa Maria; Uso das lajetas de granito para demarcar zona pedestre. Fonte: Autor.	44
Figura 23 - Igreja N. S ^a da Oliveira (Desenho Nogueira da Silva); Colegiada (Gravura meados séc.XIX). Fonte: Direção Geral do Património Cultural; (Cardozo, 1953).....	46
Figura 24 - Continuidade do desenho do pavimento da Praça de Santiago para a Praça Nossa Senhora da Oliveira. Fonte: (Lima, 2011-2012), (sem escala).	46
Figura 25 - Acesso pela Praça de Santiago através das arcadas do Museu de Arte Naif; Quadricula no pavimento preenchida com pedras irregulares. Fonte: Autor.	47
Figura 26 - Lajetas de granito junto à colegiada e Igreja N. S ^a da Oliveira; Vista panorâmica da Praça N. S ^a da Oliveira. Fonte: Autor.	47
Figura 27 - Corte e Alçados do canteiro da Oliveira; Foto do canteiro da Oliveira. Fonte: (Lima, 2011-2012); Autor.....	48
Figura 28 - Foto do largo com vista para a Casa dos Carvalhos, séc. XVI; Foto do largo com vista para o edifício da Misericórdia. Fonte: Autor.	50
Figura 29 - Planta de intervenção Largo da Misericórdia pelo G.T.L. Fonte: (Trigueiros, 1993), (sem escala).....	50
Figura 30 - Marcação da Porta da Vila no pavimento; Remate do pavimento com a escadaria. Fonte: Autor.	51
Figura 31 - Pormenor escoamento águas no pavimento; Pormenor escoamento águas no passeio. Fonte: Autor.	51
Figura 32 - Monumento a João Franco; Diferentes direções dos cubos de granito. Fonte: Autor.	51
Figura 33 - Pormenor guias e passeios em lajeado; Pormenor diferentes direções do passeio. Fonte: Autor.	52
Figura 34 - Foto da fonte num dos extremos da praça. Fonte: Autor.	52
Figura 35 - Planta, Alçado e Corte da fonte na Praça João Franco. Fonte: (Trigueiros, 1993).	52
Figura 36 - Planta do Largo Condessa do Juncal, 1569; Transformação do largo ao longo dos tempos. Fonte: (Cardozo, 1953).	54
Figura 37 – Planta de intervenção no Largo Condessa do Juncal pelo G.T.L. Fonte: (Trigueiros, 1993).	54
Figura 38 - Pormenor do pavimento do Largo Condessa do Juncal; Escultura no topo do Largo Condessa do Juncal. Fonte: Autor.	55
Figura 39 - Rotunda que evoca a Igreja de S. Paio (demolida); Planta e Corte da rotunda. Fonte: Autor; Arquivo Fundação Instituto Marques da Silva.	55
Figura 40 - Vista para o estacionamento do Largo; Pormenor remate do passeio. Fonte: Autor.	56
Figura 41 - Foto Quiosque pertencente ao Largo; Planta e Alçados quiosque, Largo Condessa do Juncal. Fonte: Google Maps; (Trigueiros, 1993).	56
Figura 42 - Evolução do local onde a Porta do Sol se implantava. Fonte: https://aportanobre.blogs.sapo.pt/a-porta-do-sol-22111	57

Figura 43 - Largo da Polícia (Porto) por volta de 1910; Largo da Polícia vista Muralha Fernandina. Fonte: Arquivo Municipal do Porto.	58
Figura 44 - Extrato da planta topográfica de Augusto Gerardo Teles Ferreira de 1892, referente à área de intervenção, na cidade do Porto. Fonte: Arquivo Municipal do Porto (sem escala).	58
Figura 45 - Planta de expropriações do Projeto de Prolongamento da Rua Duque de Loulé, 1965. Fonte: Arquivo Municipal do Porto. (sem escala)	59
Figura 46 - Planta de Urbanização do Projeto de Prolongamento da Rua Duque de Loulé (hoje, Rua do Gen. Sousa Mendes), 1965. Fonte: Arquivo Municipal do Porto (sem escala).....	59
Figura 47 - Recorte da revista “O Occidente”, publicada em 15 de fevereiro de 1879, com gravura representando o incêndio ocorrido após o desabamento dos Guindais. Fonte: Arquivo Municipal do Porto.	60
Figura 48 - Planta atual da zona de intervenção. Fonte: Mapas interativos do Porto Câmara Municipal do Porto. (sem escala).	61
Figura 49 - Entrada pela Rua de Saraiva de Carvalho e Rua General Sousa Dias, com vista para a entrada do parque de estacionamento Duque de Loulé; Rua Largo Ator Dias, junto ao edifício “Hot five jazz & blues club (downtown). Fonte: Autor.	62
Figura 50 - Rua de Arnaldo Gama, direção Guindais; Rua Largo Ator Dias, direção Fontainhas. Fonte: Autor.	62
Figura 51 – Vista aérea atual da zona de intervenção na cidade do Porto, orientação Norte. Fonte: Google Earth.	64
Figura 52 – Vista aérea atual da zona de intervenção na cidade do Porto, orientação Sul. Fonte: Google Earth.	64
Figura 53 - Planta da intervenção no Largo Ator Dias. Fonte: Autor (sem escala).	66
Figura 54 - Pormenor desenho do Largo Ator Dias. Fonte: Autor (sem escala).	66
Figura 55 - Corte construtivo dos pavimentos do Largo e Rua Largo Ator Dias. Fonte: Autor (sem escala).	66
Figura 56 - Pormenores desenhos de pavimentos dos passeios. Fonte: Autor (sem escala).	68
Figura 57 - Pormenor desenho de pavimentos dos passeios, faixa rodoviária e passadeiras; Corte construtivo fonte do Largo Ator Dias. Fonte: Autor (sem escala).....	68
Figura 58 - Corte construtivo pavimentos da Rua Largo Ator Dias. Fonte: Autor (sem escala).	68

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – IGT’S da cidade de Guimarães no último século.....	27
---	----

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Na presente dissertação pretende-se analisar a forma de abordagem do Arquiteto Fernando Távora relativamente à obra realizada no espaço público de Guimarães. Posteriormente, pretende-se retirar contributos do seu conhecimento para o desenvolvimento do projeto no Largo Ator Dias, no âmbito da unidade curricular de Projeto 5, sob o tema “Casa do Jazz do Largo Ator Dias - Recuperação espaço urbano”.

Durante o processo de conceção do projeto proposto surge a dúvida de como intervir num local com elevado valor identitário e cultural, próximo de outros locais igualmente marcantes da cidade do Porto, tais como, o Passeio das Fontainhas, a Escada dos Guindais e Muralha Fernandina, sendo que a filosofia adjacente à proposta se baseia na renovação do espaço público, estando assim implícito as modificações para melhorar as condições deste espaço, tendo por base o objetivo em incluir todos os cidadãos tendo em conta as capacidades físicas e psicológicas de cada indivíduo, garantindo que todos os espaços têm circulação acessível, assim como manter a lembrança do passado e a história, com um desenho moderno que permita a valorização deste espaço público. Desta forma surge a hipótese de analisar a intervenção do Arquiteto Fernando Távora em Guimarães, onde apresenta novas propostas formais, compatíveis com as estruturas pré-existentes, sem que o caráter do lugar seja interrompido.

As obras de Guimarães permitem assimilar o seu constante objetivo de evocar o passado, ou seja, continuar inovando. Mostra que na sua arquitetura o antigo permanece em constante harmonia com o moderno e o passado em equilíbrio com o presente e o futuro.

O Objetivo central do desenvolvimento da presente dissertação, tem por base, analisar o método projetual de Fernando Távora acerca da organização do espaço público, de forma a entender a sua perspetiva de intervenção. Dessa forma, opta-se pela perspetiva urbana e princípios empregues na cidade de Guimarães, na reabilitação urbana aí desenvolvida desde os anos 80, pelo Arquiteto Fernando Távora com a colaboração do Gabinete Técnico Local (G.T.L.). A opção tomada surge, a partir, da diversidade de soluções urbanísticas que vão de encontro à problemática de intervenção no Largo Ator Dias e do respetivo espaço urbano envolvente, proposto pela cadeira de projeto.

A metodologia de elaboração da presente dissertação contempla vários aspetos como o recurso a bibliotecas (FAUP e Biblioteca Pública Municipal do Porto) fazendo consultas de publicações de diversas naturezas, tais como monografias, dissertações ou estudos sobre o espaço urbano, quanto aos arquivos, consultámos no arquivo histórico digital da DGT o plano da cidade de Guimarães (*Plano Geral de Urbanização de Guimarães 1982*). O contato direto com a cidade e com as intervenções futuramente mencionadas é de igual importância para o desenvolvimento deste trabalho de modo a entender como os espaços comunicam entre si e de que modo se relacionam com a história da cidade. Também o desenho é uma importante ferramenta de trabalho no que diz respeito à fase de investigação e levantamento dos casos de estudo (como as plantas desenvolvidas para os diversos espaços urbanos posteriormente analisado e desenhos técnicos).

CAPÍTULO II – ESPAÇO PÚBLICO

2.1. Abordagem aos conceitos

Pretende-se neste ponto fazer uma revisão bibliográfica acerca do tema Espaço Público, para isso são analisados textos de diversos autores, de forma a justificar os diferentes conceitos utilizados que definem estes espaços na cidade. Nesta abordagem focam-se os aspetos relacionados com as características morfológicas, funcionais, sociais e ambientais da cidade.

Numa breve retrospectiva pela história é possível constatar que o espaço público ao longo dos séculos, vai sendo estruturado de acordo com os interesses e necessidades da população nas suas diferentes formas de utilização do espaço público predominantes nas cidades. Na idade Antiga, a ágora era o principal elemento do espaço público na cidade, assumindo-se como espaço central e multifuncional na cidade, em Roma o fórum romano relacionava-se com o poder, eram grandes obras que não visavam a integração entre a arquitetura e a natureza, mas antes com a afirmação humana no território, através do sentido de monumentalidade. Na Idade Média, o mercado medieval passa a ser o local das relações sociais, com o Renascimento surge as avenidas e praças monumentais, verificando-se uma maior relevância da configuração espacial através do uso da perspetiva e no Barroco surge a avenida que estabelece uma relação de continuidade entre as várias partes da cidade, clarificando os espaços públicos.¹

Resumindo, o espaço público surge ligado a quatro elementos: a demonstração do poder, a configuração espacial, as relações sociais e simbolismo, satisfazendo assim as necessidades das diferentes civilizações no seu tempo, pelo que os espaços de hoje terão de ser ajustados às exigências atuais, estando em causa a diversidade de funções, usos e utilizadores, bem como os acessos e a permanência no mesmo.²

Existem vários conceitos que definem o espaço público, desse modo elegem-se várias definições propostas por diversos autores, citados por, Francisco Serdoura em “Espaço público, vida pública”³:

- Leon Krier (1979), de modo abrangente define o espaço público como o espaço urbano exterior aberto, desobstruído, por onde as pessoas podem movimentar-se ao ar livre.
- Bruno Zevi (1996), apresenta a noção de que o espaço público, será o elemento central da arquitetura.
- Alves F. (1997), atenta que, o espaço urbano funciona como lugar comunitário, onde as atividades humanas de caráter social ou outras podem ter lugar, e também diz que a qualidade do espaço público está diretamente relacionada à qualidade ambiental, complementa também que a qualidade dos elementos urbanos que organizam o espaço público como: mobiliário, iluminação, materialidade, entre outros, não basta para responder as necessidade de conforto.

¹ Barbosa, M. L. (2014). Espaço público urbano, em constante transformação. Dissertação de Mestrado. FEUP. p.10.

² Serdoura, F. M. (2006). Espaço público, vida pública: O caso do parque das nações. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa. p.75.

³ Ibidem.

- Le Goff (1997), mostra que o conceito de espaço público se foi desenvolvendo ao longo do tempo (desde a idade média até aos nossos dias) e como a cidade é sinónimo de sociabilidade.
- Para Borja (2000), “O espaço público supõe: domínio público, uso social coletivo e multifuncionalidade, aspetos que refletem um campo extenso e complexo que incide no comportamento social e no uso quotidiano das cidades”.
- Brandão (2002), refere que um bom projeto de espaço público “serve o seu objetivo, é sustentável, eficiente, coerente e flexível, corresponde às expectativas e necessidades dos utilizadores e fornece espaços aptos a serem apropriados, estimados e usufruídos pelas suas comunidades”.

É oportuno também referenciar (Oliveira F. , 2001) que cita a obra “*La reconquista de la Europa*” de Espuche e Navas, onde referem que, o espaço público é como o espaço positivo da cidade, “É partindo desta posição que o espaço público se assume como lugar de encontro, festa, troca, ao qual todos tem acesso e direito, como espaço de tolerâncias sociais, económicas, culturais, reequilibrador de assimetrias e desigualdades”. (Espuche & Navas, 1999)

(Oliveira F. , 2001) apresenta também as necessidades atuais destes espaços que se alteraram, fazendo referencia a Rem Koolhaas e ao grupo de investigação *Project on the City* da *Harvard Design School* “Vivemos numa cultura mercantilista na era do consumo – deste modo não surpreende que alguns dos mais bem sucedidos espaços públicos da atualidade sejam dominados pela logica da eficácia económica e comercial.” (OMA, 2001)

Este conceito de espaço urbano na cidade está sempre interligado com as ciências sociais, tal como foi possível analisar anteriormente e, para reforçar essa teoria social, estabelece-se uma referencia à posição de (Tempo, 2002) onde menciona que “O espaço urbano (...) é, por assim dizer, um local de confronto em torno da sua apropriação, utilização e inclusive da sua interpretação por parte dos atores e grupos sociais. (...) Não poderemos prescindir da contribuição da teoria social, da Sociologia e outras ciências sociais, pois é o conjunto das ciências sociais que nos pode elucidar acerca da produção e reprodução dos espaços sociais e da própria distribuição das classes e demais grupos sociais.”⁴

(Tempo, 2002) apresenta também outras noções relevantes acerca de teorias de outros autores na área do tema da Sociologia, “ (...) Uns autores, em concreto da Escola de Chicago, afirmam que o espaço, nas suas vertentes geográficas, bioecologias e culturais, condiciona os comportamentos, estilos e modos de vida, outros, de orientação neo-weberiana, definem basicamente o espaço urbano como um local de confronto de poderes, em que os diversos grupos sociais lutam pela sua apropriação e utilização. Outros, nomeadamente marxistas, sustentam que o espaço urbano é fundamentalmente condicionado pela estrutura económica e social, desde os processos de produção, passando pelos de troca, até aos de distribuição e consumo e, por isso, o espaço urbano é também o espaço de lutas e classificações sociais.”⁵

Após estas abordagens, é apresentado um método tendo em conta três níveis, de forma a resumir esta problemática, sendo esses, o sócio estrutural, o organizacional e o interaccional, tendo por base os dois primeiros níveis, realça o ultimo “ao nível das interações sociais, o espaço não é um simples contentor físico, mas antes um local de encontro, desencontro ou de reencontro, onde os atores sociais têm ora relações de solidariedade e inclusão, ora de exclusão

⁴ Tempo, P. B. (2002). Expansão urbana e qualidade de vida: 1ª conversa desbragada. Projeto Braga Tempo. pp.7-8.

⁵ Tempo, P. B. (2002). Expansão urbana e qualidade de vida: 1ª conversa desbragada. Projeto Braga Tempo. p.8.

ou até segregação social (...) um lugar não tem somente contornos físicos, ele também tem significações simbólicas, as quais se vão definindo através das pessoas, dos cidadãos que habitam esse local”.⁶

É tão verdade este último raciocínio e facilmente aplicável ao local do projeto de intervenção desta dissertação, que se encontra ligado a um ícone da cidade do Porto, os Guindais, este local é claramente definido pelos cidadãos que aqui habitam, conhecido pelas festas populares, em honra de S. João.

Por último cita-se (Lamas, 1993) que apresenta noções que se identificam com o presente trabalho e que de certa forma vai de encontro ao raciocínio da escolha do tema da dissertação com a filosofia a posteriori da proposta de intervenção.

(Lamas, 1993), faz referência de diversas teorias feitas por diferentes autores, “Para Krier a riqueza do espaço urbano não vai apenas residir na qualidade de cada um dos espaços, mas na maneira como os vários espaços se encadeiam e se organizam, e ainda nas diferentes geometrias que cada um dos tipos espaciais admite. (...) Krier aponta também a herança histórica que significa «o acumular de conhecimentos durante séculos, cuja força de testemunho não pode ser esquecida». O estudo das cidades históricas ou antigas é o caminho certo para a aprendizagem da intervenção na cidade atual. «Já nada resta para inventar em arquitetura: na nossa época os problemas, quanto muito, mudaram de escala». A sua ideia de cidade é fundamentalmente morfológica, exprimindo-se num continuo de espaços construídos em que os elementos primários são a rua, a praça e (tal como Rossi) incorporando os monumentos como «marcos urbanos» e pontos de referência na estrutura urbana.”⁷

Seguindo esse raciocínio, procura-se estudar uma cidade histórica, neste caso o próprio projeto de intervenção já se encontra numa zona histórica na cidade do Porto, sendo necessário como parte do processo criativo o estudo prévio dessa área de modo a compreender os seus valores urbanos, mas como forma de ver o que já foi feito e como foi resolvida a problemática de intervenção moderna em contexto histórico, surge o estudo da cidade de Guimarães e da intervenção do Arquiteto Fernando Távora que respeita esse mesmo fundamento, que vai ser analisado no subcapítulo a seguir.

Em suma, o Espaço Urbano é um conceito que surge ligado a elementos como: a demonstração do poder, a configuração espacial, as relações sociais, estrutura económica, poderes políticos e religiosos descrito por vários autores provenientes de várias áreas, como a filosofia, arquitetura e sociologia.

Na atualidade as estratégias apontam para uma apropriação dos espaços públicos por utentes de diferentes estratos etários e sociais, como é referenciado por Brandão Alves, “deve ser acessível a qualquer utilizador, independentemente da sua capacidade física, classe social, do seu nível etário ou da sua etnia.”⁸

⁶ Ibidem, p.9.

⁷ Lamas, J. M. (1993). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian. pp.427-428.

⁸ Alves, F. M. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano, Proposta Metodológica*. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia. p.298.

2.2. A perspectiva de intervenção de Fernando Távora

Fernando Távora foi um arquiteto português, nascido na cidade do Porto em 1923, licenciado pela Escola Superior de Belas Artes do Porto⁹. Teve grande influência no desenvolvimento da forma urbana da cidade de Guimarães, através do seu trabalho no Gabinete Técnico Local (GTL) e da realização do Plano Geral de Urbanização dessa cidade em 1979/86 em colaboração com o Arquiteto Alfredo Matos Ferreira.

Aos 22 anos redige a obra “O problema da casa portuguesa”¹⁰, onde enuncia três premissas que irão ser utilizadas ao longo deste subcapítulo: Aprender com o passado; pensar o presente; projetar o futuro, de forma a conciliar o que cada sítio e contexto necessitam, com as lições da modernidade.

Começa por introduzir o problema a que se irá referir ao longo do texto relacionado com a “Casa Portuguesa”, que acredita ser uma mentira fácil para os arquitetos, para si a arquitetura deveria ser pensada como algo que nasce naturalmente, “um estilo nasce do povo e da terra com a naturalidade duma flor, e o povo e a terra encontram-se presentes no estilo que criaram em muitas gerações.”¹¹

Numa segunda parte “Falsa Arquitetura”, enumera problemas da arquitetura portuguesa, dizendo que a arquitetura estava entregue a arquitetos, que, não se questionando, limitavam-se a meras “colagens” estéticas.

Numa terceira parte denominada “Para uma arquitetura integral”, abandona o caráter crítico e apresenta soluções para encontrar uma arquitetura mais verdadeira, realçando três pontos de estudo: o meio social português, a arquitetura portuguesa e, por último, o estudo da arquitetura moderna no mundo.

Conclui referindo a importância de se perceber a raiz do problema, que não passa apenas por uma questão estética arquitetónica, mas sim uma questão mais profunda de como pensar a arquitetura, para Távora tem de haver uma temática que cruze e estude a sociedade e era esse o ponto que faltava na arquitetura em Portugal.

Em 1947 Nuno Teotónio Pereira, convida Fernando Távora a republicar estes textos no Cadernos de Arquitetura¹² e é esta republicação que se encontra transcrita na maioria dos livros e artigos.

Nesta publicação de 1947, Távora apresenta diversas ideias, começando por acusar os arquitetos de remeterem para o passado de forma leviana, pois acreditava que a arquitetura moderna estava a asfixiar os arquitetos portugueses, atrasando-os relativamente à Europa, “a arquitetura portuguesa estava perdendo o que hoje convencionalmente se chama caráter.”¹³

Mostra o seu desagrado com as regras formais e decorativas que se usam na arquitetura, denota o seu inconformismo com o que se desenha em Portugal, acredita que é uma arquitetura sem razão delineadora, mas sim um conjunto de ideias preformadas aplicadas ao acaso.¹⁴

⁹ Atual Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e perscrutora da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto que nela teve origem

¹⁰ Távora, F. (1945). O problema da casa portuguesa. Semanário Aléo.

¹¹ Ibidem

¹² Houve apenas uma publicação. A ideia do Cadernos de Arquitetura seria de compilar pequenos textos que divulgariam a arquitetura moderna em Portugal.

¹³ Trigueiros, L. (1993). Fernando Távora, *Arquitetura e Arqueologia*. Lisboa: Blau. p.11.

¹⁴ Trigueiros, L. (1993). Fernando Távora, *Falsa Arquitetura*. Lisboa: Blau. p.11.

Por fim indica direções, alternativas e formas de melhorar a arquitetura em Portugal, apontando para isso duas preocupações base: o Homem e a Terra.¹⁵

Em 1962, Távora escreve “Da organização do Espaço”¹⁶ que foi realizado como prova de dissertação para o concurso de professores do primeiro grupo da ESBAP. Este livro apresenta-se como uma compilação dos conteúdos dos seus textos anteriores, que se encontravam dispersos, seguindo uma lógica, começando por se focar no particular, partindo depois para o geral, tendo como objetivo apontar um conjunto de problemas que julga da atualidade, assim como referir aspetos a tomar pelo arquiteto perante tais problemas.

Nesta época Fernando Távora, como Nuno Portas refere no prefácio do livro, era uma importante marca na arquitetura portuguesa, como um percurso especialmente crítico e interventivo, tanto a nível urbanístico como em projetos de escala mais doméstica.¹⁷

Aborda vários temas ao longo dos diferentes capítulos: A importância do arquiteto como organizador do espaço; o espaço como algo contínuo, no espaço e no tempo; a ideia da participação horizontal e vertical dos Homens, na organização do seu espaço; o espaço é condicionado e condicionante e o papel do arquiteto na sociedade.

Neste livro o Arquiteto Fernando Távora, foca-se especialmente na definição da forma como espaço e vazio, “o espaço que separa e liga as formas é também forma”¹⁸ e na importância e significado que a palavra organizar tem no território.

Mostra a necessidade de organizar, mas organizar de forma cuidada, não olhando só para o mapa, mas para a sociedade dentro desse mesmo mapa, acredita ser necessário trabalhar em grupo, defendendo os mesmos princípios, de forma a haver coerência e harmonia espaciais, tendo em conta o pré-existente, as formas naturais e humanas, o pensamento científico, religioso, económico, a sensibilidade, a política e a filosofia do espaço.¹⁹

Fernando Távora urge em recuperar o conceito de *voyeur* reforçando que, para o Homem entender um bairro, uma cidade, um país, não pode apenas estudá-los, tem que viver o espaço e conhecê-lo de forma mais intimista “Para avaliar uma cidade, como espaço organizado, apenas uma solução: percorrê-la, vivê-la, deambular pelas ruas.”²⁰

Refere-se a exemplos internacionais com o objetivo de ressaltar as enormes diferenças de espaço organizadas por mão humana em contextos diferentes: desde Nova Iorque, a Teotihuacan e às pirâmides de Gizé, Versailes, entre outras²¹, com estes exemplos procura demonstrar que as circunstâncias ditam a resposta, que o que a população de Nova Iorque procura não será o mesmo que a corte que vivia em Versailes, as condicionantes naturais resultam em respostas completamente diferentes de espaço.

“Podemos, talvez, considerar dois tipos de participação na organização do espaço; uma participação que chamaremos horizontal, que se realiza entre homens da mesma época; uma outra, a que chamaremos vertical, que se realiza entre homens de épocas diferentes. São dois aspetos de uma mesma realidade”²², Távora refere-se à participação vertical, querendo

¹⁵ Trigueiros, L. (1993). Fernando Távora, *Para uma Arquitetura de hoje*. Lisboa: Blau. p.12.

¹⁶ Távora, F. (1999). *Da organização do espaço* (4a ed.). Porto: FAUP.

¹⁷ Ibidem. p. XVI.

¹⁸ Távora, F. (1999). *Da organização do espaço* (4a ed.), *Dimensões, relações e características do espaço organizado*. Porto. FAUP. p.11.

¹⁹ Ibidem. p.22.

²⁰ Távora, F. (1954). Do Porto e do seu Espaço. *Jornal Comércio do Porto*, Suplemento de “Cultura e Arte”.

²¹ Távora, F. (1999). *Da organização do espaço* (4a ed.). Porto: FAUP. p.23.

²² Távora, F. (1999). *Da organização do espaço* (4a ed.), *O Homem contemporâneo e a organização do seu espaço*. Porto. FAUP. p.32.

relacionar o fluir da arquitetura ao longo dos anos, com novas adaptações e construções, todos os arquitetos têm que ter consciência que as obras ao longo do tempo vão perdendo o seu caráter puro inicial.

Afirma que a característica destes espaços, nos dias de hoje, é a descontinuidade e a desordem, impostas especialmente pelos volumes que cresceram de forma rápida devido a novas técnicas e facilidades de construção, usando para isso o exemplo de Nova Iorque.

Critica a arquitetura funcionalista, refere que esta apenas considera alguns aspetos do Homem, sobrepondo-se, por vezes, a função ao quotidiano do cidadão, forçando caminhos e espaços, acredita que a arquitetura deve ser feita para as pessoas, com as pessoas e nunca se impondo a estas. No seguimento desta problemática utiliza exemplos de arquitetos estrangeiros citando Frank Lloyd Wright “uma casa nada tem a ver com um automóvel”²³, para realçar que os arquitetos têm que pensar a arquitetura como algo pessoal e não de uma construção industrial, em massa como os automóveis.

Távora aborda a palavra “monumento”, para defender a necessidade de pensá-la como uma palavra com maior amplitude, pois monumentos não são apenas igrejas, palácios, mas sim o nosso passado, obras mais humildes que merecem a mesma consideração. Na continuação do tema entra o restauro, na reabilitação, para Távora não faz sentido tentar reabilitar edifícios antigos, de forma a ser o que eram, é necessário pensar neles como algo contemporâneo, mas sempre respeitando a sua história, a arquitetura contemporânea tem que conseguir integrar-se na cidade antiga, pois é necessário ver o espaço como contínuo.²⁴

Termina o livro, fazendo um apelo ao Arquitecto, “Está nas mãos de todos nós e não apenas de alguns, embora os graus de responsabilidade e de possibilidade de ação sejam, evidentemente, diversos, contribuir para que tal crise seja debelada e para que o espaço português reencontre a sua harmonia, condição «sine qua non» da felicidade dos portugueses.”²⁵

A filosofia do arquiteto Fernando Távora subjacente à sua intervenção, baseia-se no entendimento de que renovar significa inovar, dando uma nova vida ao existente, evocando sempre o passado, Távora afirma-o do seguinte modo:

“Cremos, em primeiro lugar, que a morfologia física e social do sector devere ser alterada por um processo dinâmico, seguro e permanente de renovação a todos os níveis, dando portanto à palavra renovação o seu verdadeiro sentido que é o de continuar-inovando, num movimento constante de modificação para melhores condições, mas respeitando os valores positivos que porventura possam existir e que não deverão, portanto, ser destruídos.”²⁶

Significando que o caráter do lugar, social e fisicamente deve ser mantido e não interrompido, assim como, quando necessário apresentar novas soluções formais compatíveis com a estrutura pré-existent, recusando falsas soluções miméticas.

Nas peças desenhadas dos projetos de Távora estão presentes os cidadãos, pois era adepto de uma arquitetura humanizada, tendo sempre um grande empenho por lembrar o passado e a história do lugar, mas também com um olhar moderno.

²³ Távora, F. (1999). Da organização do espaço (4a ed.), *A organização do espaço português contemporâneo*. Porto: FAUP. p.41.

²⁴ Ibidem. pp.58-59.

²⁵ Távora, F. (1999). Da organização do espaço (4a ed.), *A organização do espaço português contemporâneo*. Porto: FAUP. p.72.

²⁶ Távora, F. Estudo de Renovação Urbana do Barredo, Câmara Municipal do Porto (CMP)/Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), Porto (1969), pp.46-47.

“O desenho de Fernando Távora evoca sempre o passado: evoca-o naturalmente quando recupera um edifício ou quando acrescenta algo de novo a uma velha construção, mas evoca-o também quando constrói de raiz ou aborda a temática da cidade.”²⁷

Este arquiteto, desde o seu período académico que adota uma forma de intervenção arquitetónica de rutura com o que se passava naquele tempo em Portugal, criticava o uso descontextualizado do estilo moderno e, portanto, recorre a quatro pontos para explicar a realidade caótica da organização do espaço português desse período: “1 pela utilização de técnicas que estão ultrapassadas ou ainda não tem sentido entres nós, 2 pela criação de espaços que estão longe de corresponder às suas funções ou às necessidades dos seus utentes, 3 pela utilização de “colunas” ou outros formas de “gosto” que de nada servem mas foram a alma de arquiteturas antigas, 4 pela eliminação de valores legados do passado.”²⁸

O arquiteto nesta dicotomia propõe um olhar racional para o passado, extraindo dele apenas o essencial para o futuro. O seu percurso é assim marcado por uma constante oscilação entre a dicotomia tradição/modernidade.

Távora atribui em todas as suas obras caráter e identidade ao lugar, procura desenvolver uma prática na medida das condições pessoais, do mundo em que vivia, do mundo português e do mundo do cliente, afirma que “O arquiteto é o responsável pela conceção e construção do objeto ou da cidade na sua forma mais sublime que satisfaça o físico e o psíquico do homem individual ou socialmente.”²⁹

A ideia do património enquanto valor histórico, patrimonial arquitetónico e urbano, tardou em Portugal, durante muito tempo, a ideia de reabilitação esteve associada apenas à recuperação do património arquitetónico de caráter monumental como é o caso de castelos, conventos, igrejas, palácios entre outros.

A reabilitação dos centros históricos, decorrem de uma influência direta das experiências francesas, inglesas e italianas pela experiência inovadora em Bolonha, que influenciaram a «doutrina da conservação integrada», emergente do ano europeu do património arquitetónico, em 1975, do qual resultou a declaração de Amesterdão.³⁰

As experiências inglesas e francesas configuraram duas linhas de atuação distintas, uma operativa e outra normativa, em Inglaterra a 1953 a “*Historic Buildings and Ancient Monuments Act-Conservation Areas*” e em França, 1962 a lei do património “*Loi Malraux-Secteurs Sauvegardés*”.³¹

Na experiência Inglesa realizaram estudos-pilotos os *Conservation Studies*, que metodologicamente tinham por base inquéritos individuais ao edificado e estudos de natureza social. Estes relatórios eram entendidos como planos estratégicos, que deram origem às correspondentes operações de reabilitação urbana.

Estas propostas foram reconhecidas pelo Conselho da Europa em 1974/1975, no âmbito do Ano Europeu do Património Arquitetónico, o que proporcionou não só reconhecimento como também internacionalização destas experiências.

²⁷ Távora, F., & Bernardo, J. (1993). Fernando Távora: Percurso. A life long trail. Lisboa: Centro Cultural de Belém.

²⁸ Távora, F. “Da organização do Espaço”. 4ª edição. FAUP publicações. Porto. p.65.

²⁹ Távora, F. “Guia de estudante da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto-ano letivo de 2007/2008”, Porto 2008. FAUP. p.10.

³⁰ Flores, J. (2000). Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. p.1.

³¹ Ibidem. pp.2-3.

Na experiência Francesa foi criada a *lei Malraux* que define os *Secteur Sauvegardés*, há semelhança das *conservation studies* fazem referência ao restauro, salvaguarda e valorização. Os *Secteurs Sauvegardés* é a zona que delimita uma área patrimonial temática essencialmente museográfica, historicista e turística.

Na primeira regulamentação é criado o primeiro planeamento com objetivos de proteção do património urbano, consagrada a denominação de Plano de Salvaguarda. A *lei de Malraux* marca um ponto de viragem nas intervenções urbanas nos centros históricos em França, pela introdução de uma política de reabilitação do edificado, para além disso, tenta suprir dois problemas, sustentar as operações de «renovação urbana» e com a criação dos Planos de Salvaguarda preconizar a elaboração de normas de intervenção aplicáveis a todos os centros históricos.

Em 1963 a lei é regulamentada e cria oficialmente o *Plan Permanent de Sauvegarde et de Mise en Valeur*, aplicável aos *Secteurs Sauvegardés*.

Assim o Plano de Salvaguarda assume-se como um indefinido instrumento de planeamento mencionando políticas, ignorando o conteúdo social dos centros urbanos, limitando-se ao contexto físico da cidade. Fica inserido simultaneamente nos instrumentos de planeamento urbano, sobrepondo-se a qualquer outro em vigor.

Na experiência de Bolonha, o Plano de Bolonha influencia a doutrina da conservação integrada, é o entendimento que os centros históricos fazem parte da totalidade da cidade, incluindo nos aspetos históricos, físicos e sociais.

O edificado pré-existente é visto como um capital construído, infraestruturado com identidade própria, constituía uma mais valia económica, dessa forma dentro do princípio mencionado anteriormente, defendia-se a reutilização destes conjuntos edificados, adaptando-os segundo as necessidades e os usos atuais, desassociando do caráter monumental do património integrando-o na vida contemporânea.

Prosseguindo esta política, são definidos os usos possíveis para cada edifício, este processo dá origem à celebração de contratos entre municípios e os proprietários. A partir de 1964 os Conselhos de Quarteirão definiam o programa de desenvolvimento para o seu quarteirão, conjugando-o com o desenvolvimento equilibrado da cidade, assim como as diversas políticas urbanas (equipamentos, habitação, transportes, apoio social, etc.), alargam a escala a toda a cidade e a todos os cidadãos.

Passando para o caso nacional, a reabilitação urbana dos centros históricos só começa em Portugal após a revolução de 1974, com a experiência do CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo).

Nos anos 70 surge textos legais que criam termos de intervenção urbana nos centros históricos, através do Decreto-lei nº8/73, “previsto como um novo instrumento de intervenção urbana com o objetivo de renovar setores urbanos sobre ocupados ou com más condições de salubridade, solidez, estética ou segurança contra risco de incêndio”³² denomina-se Plano de Urbanização de Pormenor. “Estes planos deveriam obedecer ao estabelecido no Decreto-Lei nº560/71³³, de 17 de dezembro, que criava a figura do Plano de Pormenor na legislação Portuguesa”.³⁴

³² Flores, J. (2000). Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. p.19.

³³ Decreto-Lei nº560/71 de 17 de dezembro, Diário do Governo nº295, 1ª Série. pp.1921-1923.

³⁴ Ibidem p.19.

Nos anos 80 dá-se as primeiras experiências de Salvaguarda, a *lei de Malraux* de 1962 foi uma influência para a lei do património cultural português de 1985, esta lei criou pela primeira vez em Portugal a figura do Plano de Salvaguarda, a valorização e salvaguarda patrimonial tornaram-se em objetivos de alguns municípios que elaboraram planos para os seus centros históricos baseados na legislação existente.

Paralelamente às primeiras experiências de planeamento em centros históricos é lançado em 1985 o programa de reabilitação urbana (P.R.U), cujo principal contribuição foi a criação dos Gabinetes técnicos locais (G.T.L).³⁵

A situação do centro histórico de Guimarães assemelha-se ao anteriormente analisado na experiência italiana no plano de Bolonha, porque delimitaram uma área temática essencialmente histórica, intramuros e estabelecem a metodologia para os planos de salvaguarda para esta zona, não só através da reabilitação do edificado privado, mas também da reabilitação dos espaços públicos urbanos da cidade, com a contribuição do G.T.L e do arquiteto Fernando Távora em conjunto com a participação pública dos cidadãos residentes nas áreas a intervencionar.

A sua intervenção foi fundamental na reabilitação dos espaços públicos das várias praças de Guimarães, antes do projeto de reabilitação estas praças eram espaços degradados, sem definição de usos, espaços com pavimentos irregulares em saibro. A intervenção nas praças foi essencial para dar condições à utilização do espaço público na cidade.

“O fenómeno de renovação das cidades tradicionais começa a ser estudado, porque teorias elementares de higiene (...) que consistem na pura e simples demolição da cidade antiga, são soluções que hoje não são aceites, até porque a zona da cidade antiga, com terríveis inconvenientes (...) apresenta por outro lado aspetos de carater social extremamente interessantes (...). As cidades tradicionais, apesar de tudo têm uma força, um peso de idade que as faz resistir.”³⁶

³⁵ Flores, J. (2000). Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. p.26.

³⁶ Távora, F. Tradição e Modernidade na obra de Fernando Távora 1947/1987. Trigueiros. L. Fernando Távora. Editora Blau. Lisboa. 1993. p.38.

CAPÍTULO III – OBRA PÚBLICA DO ARQUITETO FERNANDO TÁVORA EM GUIMARÃES

3.1. *Breve evolução urbana de Guimarães*

O concelho de Guimarães situa-se no distrito de Braga, zona norte de Portugal, limitado pelos concelhos de Pova do Lanhoso, Fafe, Felgueiras, Santo Tirso, Vila nova de Famalicão e Braga. Apresenta uma vasta rede de acessibilidades, com ligações rodoviárias que contemplam duas autoestradas (A7 e A11) que servem de ligação ao eixo viário que conecta a cidade do Porto à fronteira de Portugal a Norte (A3). Possui também um eixo ferroviário (linha Guimarães-Porto) que serve de alternativa às deslocações rodoviárias. No que diz respeito aos transportes públicos, existe uma rede de transportes urbanos (TUG) que serve a população nas principais deslocações Intra cidades e intercidades.

“Guimarães situava-se num ponto estratégico de interseção de rotas do norte do país, assegurando a ligação quer à costa litoral, quer às povoações do interior. Além disso, tirava proveito de várias linhas de água: o Rio Ave e seus afluentes: rio Selho e rio Vizela, e as ribeiras de Santa Luzia e da Costa que formavam depois o ribeiro de Couros. Deste modo, tanto a rede viária como os cursos de água, foram essenciais na escolha de fixação nesta área territorial e a acrescentar que era uma região fértil e de clima ameno.”³⁷

O atual concelho de Guimarães resulta da união de duas vilas muralhadas que eram consideradas dois concelhos autónomos e rivais em 1095, primeiro a Vila Alta do Castelo e depois a Vila Baixa de Santa Maria da Oliveira. Devido aos habitantes da Vila do Castelo se sentirem prejudicados face aos habitantes da Vila Baixa, D. Fernando I intercede com o objetivo de unir o povo, mantendo as duas vilas, a separação física mantinha-se embora a sua jurisdição fosse a mesma. É D. João I quem manda demolir a muralha transversal que separava as duas vilas, desta forma acabando com a divisão física da cidade.

Por volta do sec. XVIII e séc. XIX associa-se um desenvolvimento industrial e comercial, começando a fixação da burguesia em Guimarães, surgindo assim novas casas burguesas, tardo pombalinas e neoclássicas. Foi uma época contraditória, pois com as novas construções e intervenções à procura de uniformizar a cidade, resultou em perdas irreversíveis de fragmentos da antiga Guimarães, porque tanto se atuava conservadoramente, como se destruíam sem pensar. Graças a esta atitude, perdeu-se grandes troços de muralhas, torres, igrejas, capelas, fontes, cruzeiros e casas antigas de valor patrimonial.³⁸

³⁷ Matos, A. R. (2012-2013). Cidade património cultural da humanidade, Guimarães: Da construção a reabilitação do centro histórico. FAUP. p.39.

³⁸ Ibidem

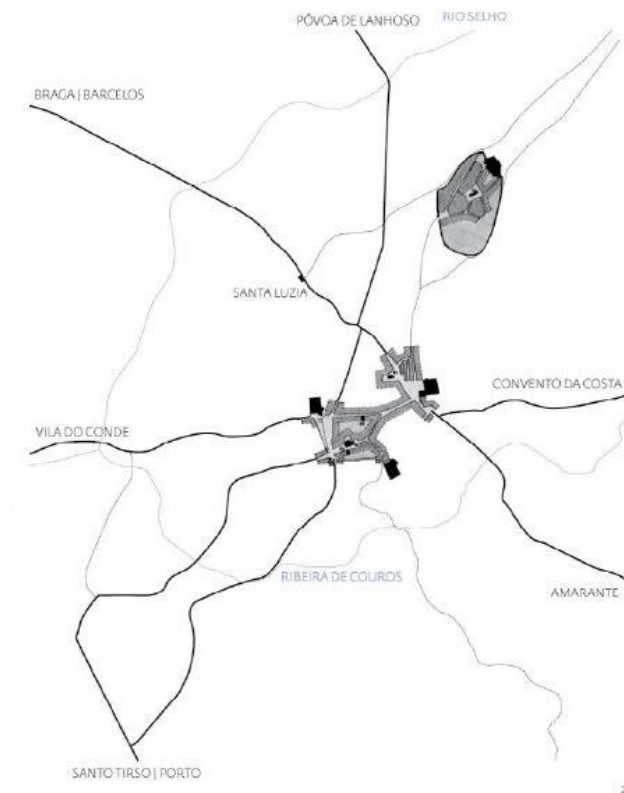


Figura 1 – Planta de Guimarães entre 950 a 1279, correspondente à época dos dois núcleos urbanos. Fonte: (Matos, 2012-2013), (sem escala).

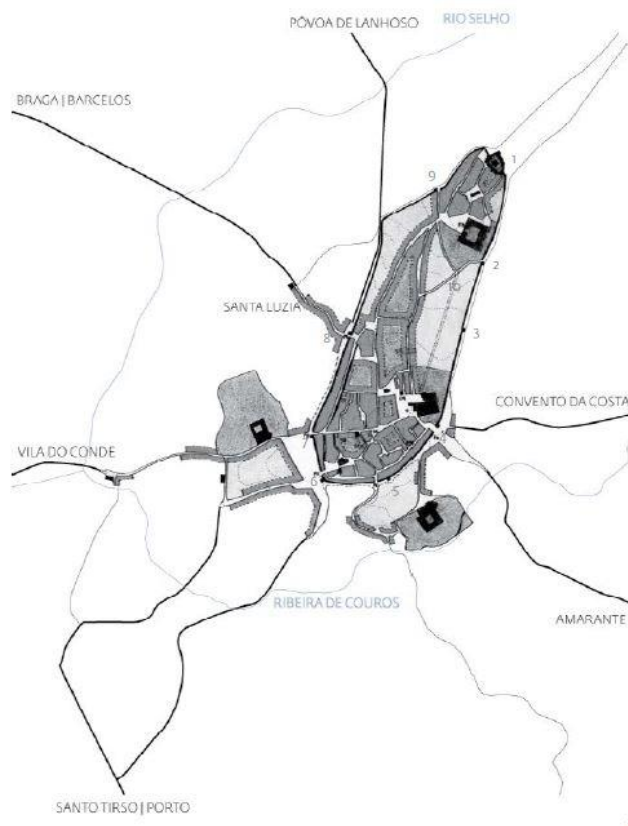


Figura 2 – Planta representativa da evolução urbana de Guimarães entre 1279 a 1498, época do amuralhamento e união das vilas. Fonte: (Matos, 2012-2013), (sem escala).

3.2. Planeamento Urbano de Guimarães

Para se entender o desenvolvimento urbano da área de intervenção e a programação levada a cabo pela autarquia, sistematizam-se nas tabelas seguintes os vários instrumentos de gestão territorial (IGT) elaborados no último século relativos à escala urbana da cidade.

Ano	Nome do plano	Autor	Escala
1863	<i>Plano Geral de Melhoramentos</i>	Eng. Manuel D'Almeida Ribeiro	1:2000
1925	<i>Plano Geral de Alargamento da Cidade</i>	Capitão Luís de Pina e Arq. Marques da Silva	s/e
1955	<i>Plano Urbanização de Guimarães</i>	Arq. David Moreira da Silva e Arqtª Maria José Marques da Silva	1:10000
1967	<i>Plano de Urbanização de Guimarães</i>	Arq. Arménio Losa	s/e
1979/86	<i>Plano Geral de Urbanização de Guimarães</i>	Arq. Fernando Távora e Arq. Alfredo Matos Ferreira	1:20000
1994	<i>Plano Diretor Municipal</i>	Camara Municipal de Guimarães	1:25000

Tabela 1 – IGT'S da cidade de Guimarães no último século. Fonte: Autor.

Guimarães tem o seu primeiro Plano Geral de Melhoramentos³⁹ em 1863, levando-se a fazer o levantamento em planta da cidade, pelo Eng. Manuel D'Almeida Ribeiro. Este plano apresentava propostas para várias áreas da cidade, que em geral incluía: rebaixamento de ruas; continuação de ruas existentes; abertura de novas estradas; criação de novas alamedas e jardins, assim como a arborização de praças existentes. A prática destas propostas, em alguns casos, significaria a demolição de partes da muralha; desaparecimento de vielas e ruas; recuos, alargamentos ou realinhamentos de ruas existentes; demolição de edifícios de vários tipos: capelas, igrejas, casas, prédios, torres das muralhas, por vezes parcialmente, outros na totalidade.

Em 1869, a Câmara nomeia a Comissão de Melhoramentos, que era encarregue de seleccionar melhoramentos definidos no plano de 1863 pelo Eng. Manuel D'Almeida Ribeiro, a executar com mais urgência, a longo prazo e discussão de novas propostas. Assim, apenas parte do plano foi executado. Neste século continuam a surgir mais casas burguesas e palacetes urbanos, é demolida a antiga Capela de Santiago na Praça de Santiago, o desmonte do chafariz quinhentista do Toural para o Jardim do Carmo, a remoção da oliveira milagrosa do Largo da Oliveira, a inauguração da Estação de caminhos de ferro de Guimarães, a abertura do Largo do Carmo e da Rua de Serpa Pinto.

“Em 1925, sendo presidente da Câmara de Guimarães Mariano Felgueiras, foi publicado o Plano Geral de Alargamento da Cidade, da autoria do capitão Luís de Pina. Ao contrário do seu

³⁹ Enquadrado pela primeira lei que determina a elaboração de Planos Gerais de Melhoramentos em Portugal: Decreto régio Secção 2 art. 50 do Ministério das obras públicas, comércio e indústria, Diário de Lisboa, nº10 (1865).

antecessor de 1863, não era um plano estático, de atuação sobre zonas pré-existentes da cidade. Dinamicamente, previa a criação de toda uma área de expansão urbana, organizada a oriente de Guimarães em torno do edifício da nova Câmara Municipal neomedieval da autoria do arquiteto português Marques da Silva, cuja construção se tinha iniciado no ano de 1924.”⁴⁰

No início do séc.XX inaugura-se a Sociedade Martins Sarmento, projeto do arquiteto Marques da Silva e Guimarães volta a ter novos planeamentos. Em primeiro lugar, a atenção caiu sobre os espaços de estar públicos da cidade, com o primeiro projeto de melhoramentos da antiga Praça de D.Afonso Henriques, atual Largo do Toural, segue-se o projeto de reconstrução, melhoramento e alargamento da Praça de Santiago pelo Eng. António Martins em 1916 (primeira grande intervenção de valor para a cidade). Ao longo deste período a cidade teve intervenções do Estado Novo para valorizar os monumentos vimaranenses; o Plano de Urbanização de Guimarães de 1955 dos arquitetos David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva, com objetivo de expandir a cidade e preservar as áreas de maior valor arquitetónico e arqueológico que comprovassem o passado da cidade.

Na década de 50 iniciam-se os trabalhos sobre o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal e o arquiteto Fernando Távora começa a sua aproximação a Guimarães, originando uma mudança de atitude de intervenção na cidade. Ao mesmo tempo, desenham-se os primeiros conjuntos habitacionais sociais, pelo arquiteto Pedro Ramalho, através do Plano de Urbanização do arquiteto Arménio Losa de 1967.

Entretanto Távora trabalhava no projeto de adaptação do Mosteiro da Costa a Pousada de Santa Marinha da Costa e no Plano Geral de Urbanização de Guimarães entre 1979 e 1986, em colaboração com o arquiteto Alfredo Matos Ferreira, através deste plano realçaram o valor cultural do centro histórico da cidade com a preservação e recuperação do mesmo, “toda a área urbana de Guimarães e sua envolvente seja considerada valor cultural, facto traduzido no regulamento do plano através de disposições de ordem arquitetónica, urbanística e paisagística, que permitam um controlo total, e caso a caso, do espaço urbano (...) a defesa dos valores patrimoniais não é nunca um ato passivo de receber e conservar, mas um ato criativo de conceber.”⁴¹

A reabilitação do centro histórico de Guimarães começou ao mesmo tempo que o Plano Diretor Municipal (PDM). Nos anos 80, a Câmara Municipal de Guimarães constitui o Gabinete Técnico Local (GTL), responsável pela reabilitação urbana do centro histórico da cidade, no contexto da Carta de Salvaguarda das Cidades Históricas (1987) por *Icomos*⁴², tendo como diretora a arquiteta Alexandra Gesta, que convida Fernando Távora como colaborador nos projetos, também o arquiteto Nuno Portas colabora como consultor urbanístico da estratégia de intervenção ao mesmo tempo que elabora o Plano Diretor Municipal (PDM).

⁴⁰ Ferrão, B. (s/d). A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado. Câmara Municipal de Guimarães. p.57.

⁴¹ TAVORA, F. “Memória Descritiva do Plano Geral de Urbanização de Guimarães”.

⁴² Ferrão, B. (s/d). O conceito de Património Arquitetónico e Urbano na cultura ambiental vimaranense. Câmara Municipal de Guimarães. p.15.



Figura 3 – Levantamento em planta da cidade entre 1863 e 1867 pelo Eng. Manuel D’Almeida Ribeiro. Fonte: AMAP (sem escala).



Figura 4 - Anteplano de Urbanização da cidade de Guimarães (aditamento), 1953 pelos Arq. David Moreira da Silva e Arq^a Maria José Marques da Silva. Fonte: AMAP (sem escala).

O arquiteto Nuno Portas toma a iniciativa de estabelecer as Normas Provisórias para o Plano Diretor Municipal, em 1983, contudo só sete anos depois é que tem início o processo do P.D.M de Guimarães com a coordenação do arquiteto Miguel Frazão. O plano é aprovado em 1994, o que é considerado tardio em comparação com o panorama europeu e face ao crescimento do território.

Ambos pretendiam alargar a qualificação patrimonial a todo o concelho, apoiando-se nos aspetos paisagísticos, arquitetónicos e urbanos, dessa forma, é necessário estabelecer as áreas de reserva, proteção e salvaguarda e criar-se critérios edificatórios de planos a escalas mais reduzidas.⁴³

Tendo em conta toda a destruição causada à zona histórica no século anterior, esta nova equipa valorizava a contextualização das obras e as intervenções cuidadas nos espaços públicos e na recuperação dos edifícios municipais, através do emprego de materiais e técnicas construtivas tradicionais, enquanto que o apoio técnico prestava auxílio aos particulares através do diagnóstico de problemas e propostas de orçamento.

São as ações de reabilitação deste gabinete que contribuem para a classificação do centro histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2001, com este trabalho receberam outros prémios como, o prémio Europa Nostra em 1985, o 1º prémio da Associação dos Arquitetos Portugueses em 1993 e o prémio Real Fundação de Toledo em 1996.

A intervenção do arquiteto Fernando Távora foi fundamental na reabilitação dos espaços urbanos das várias praças de Guimarães, nomeadamente Largo Condessa do Juncal, Praça de Santiago, Praça do Município ou Cónego José Maria Gomes, Largo João Franco ou da Misericórdia e Praça Nossa Sra. Da Oliveira.

Antes do projeto de reabilitação, estas praças eram espaços degradados, sem definição de usos, espaços com pavimento irregular em saibro, onde os automóveis aparcavam de forma caótica. A intervenção nas praças passou a ser o ponto fundamental para dar condições à vivência nos espaços públicos da cidade.

⁴³ Matos, A. R. (2012-2013). Cidade património cultural da humanidade, Guimarães: Da construção a reabilitação do centro histórico. FAUP. p.52.



Figura 5 – Planta da Evolução da forma Urbana, realizada para o Plano Geral de Urbanização, pelos arquitetos Fernando Távora e Alfredo Matos Ferreira de 1981. Fonte: **(Matos, 2012-2013)**, (sem escala).

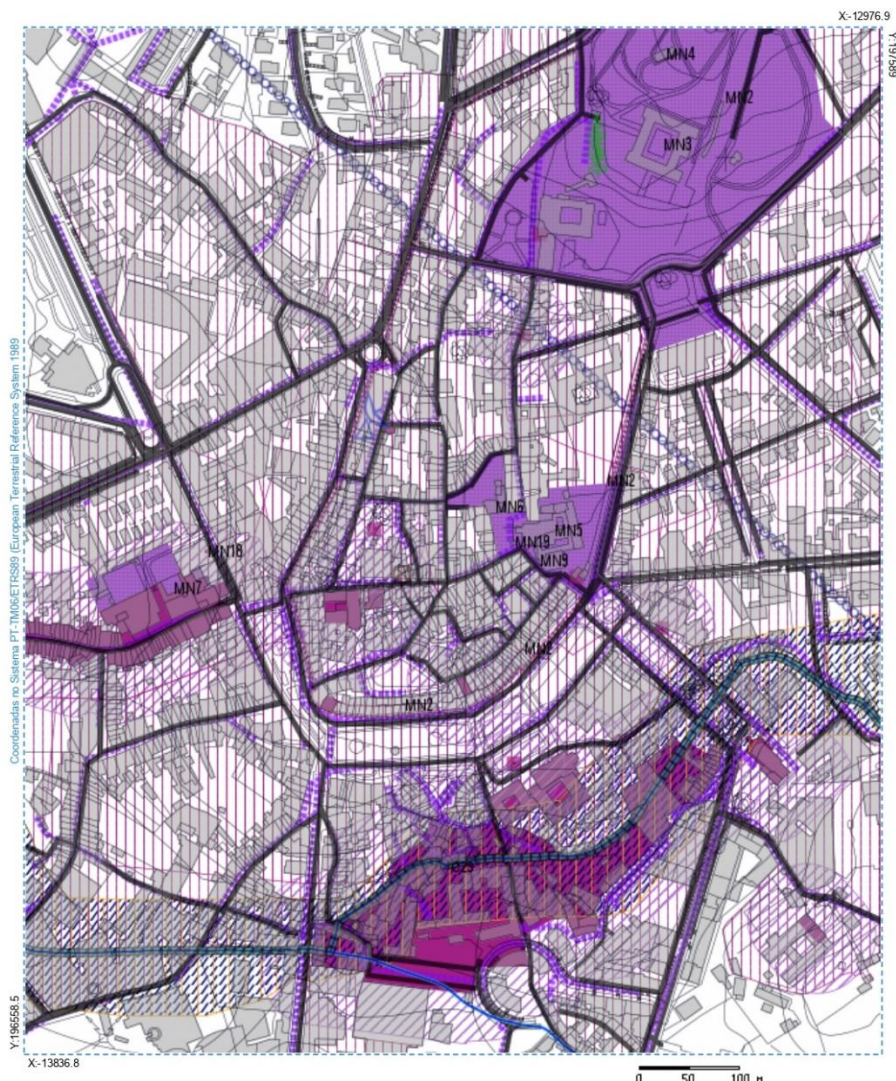


Figura 6 - Extrato da planta de condicionantes do PDM de Guimarães, 1994. Fonte: Websig-mapas online | Camara Municipal de Guimarães (sem escala).

• **Condicionantes (em vigor)**

	Património cultural - Zona especial de protecção		Património cultural - Zona de protecção
	Património cultural - Imóveis de interesse municipal		Património cultural - Imóveis em vias de classificação
	Património cultural - Imóveis de interesse público		Monumentos de Interesse Público
	Monumento Nacional - Património Mundial da Humanidade		Património cultural - Monumentos Nacionais
	Património cultural - Zona non edificandi		Zona de protecção de estabelecimentos prisionais
	Estabelecimento Prisional		Reserva Ecológica Nacional
	Recursos Hídricos - Zona terrestre de protecção		Recursos Hídricos - Albufeira Classificada
	Recursos Hídricos - Zonas inundáveis		Recursos geológicos - Depósitos minerais
	Recursos geológicos - Concessões minerais provisórias - Volfrâmio		Águas de Nascente - Zona alargada
	Águas de Nascente - Zona intermédia		Águas de Nascente - Zona imediata
	Águas minerais naturais - Zona alargada		Águas minerais naturais - Zona intermédia
	Águas minerais naturais - Zona imediata		Conjunto de árvores de interesse público
	Recursos geológicos - Pedreiras		Leitos e Margens dos Cursos de água

Figura 7 - Extrato da legenda da planta de condicionantes. Fonte: Websig-mapas online | Camara Municipal de Guimarães.

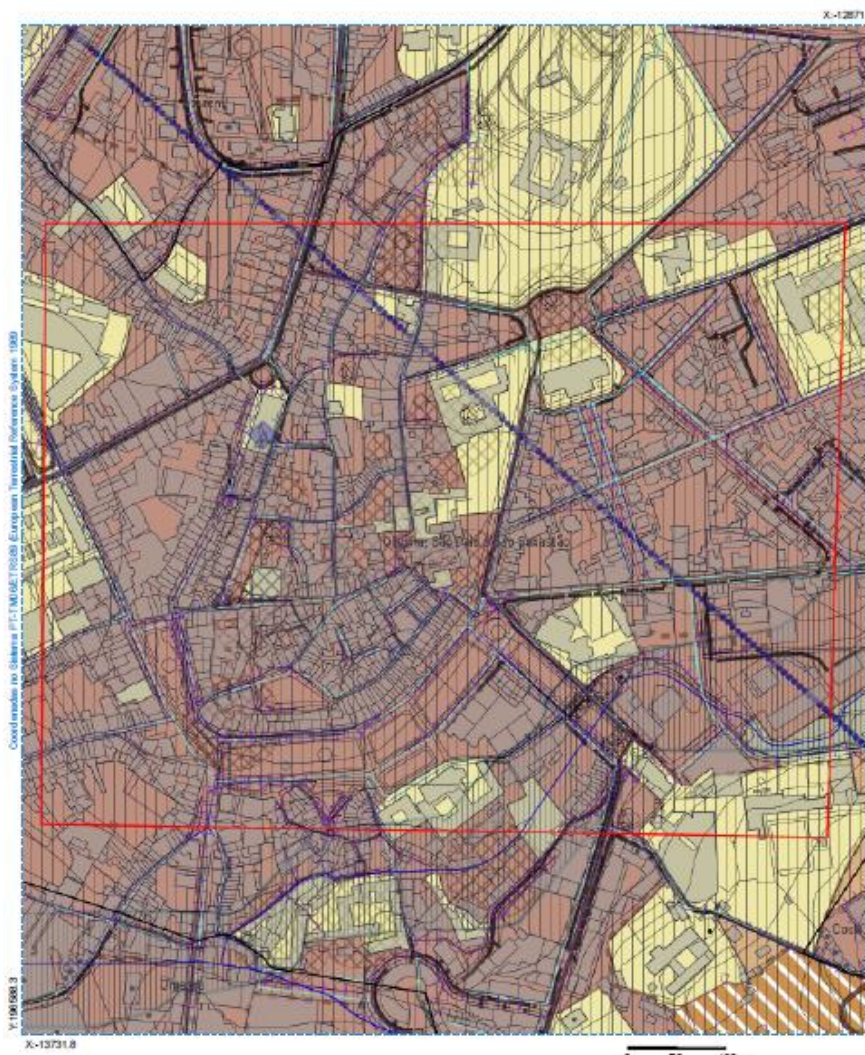


Figura 8 - Extrato da planta de ordenamento do PDM de Guimarães, 1994. Fonte: Websig-mapas online| Camara Municipal de Guimarães (sem escala).

• **Ordenamento (em vigor)**

	Solo Rural - Espaços agrícolas		Solo Rural - Espaços florestais de produção
	Solo Rural - Espaços florestais de protecção		Solo Rural - Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal
	Solo Rural - Aglomerados rurais		Solo Rural - Áreas de edificação dispersa
	Solo Rural - Espaços destinados a equipamentos e infraestruturas		Solo Rural - Espaços verdes de utilização colectiva
	Espacos de depositos minerais		Solo Rural - Espaços de recursos geológicos
	Solo Urbanizado - Espaços centrais		Solo Urbanizado - Espaços residenciais
	Solo Urbanizado - Espaços urbanos de baixa densidade		Solo Urbanizado - Espaços de actividades económicas
	Solo Urbanizado - Espaços de uso especial		Solo Urbanizado - Espaços verdes de utilização colectiva
	Solo Urbanizado - Espaços verdes de enquadramento		Solo urbanizável - Espaços centrais
	Solo urbanizável - Espaços residenciais		Solo urbanizável - Espaços de actividades económicas
	Solo urbanizável - Espaços de uso especial		Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
	Solo Rural - Parque de sucata		Locais de Interesse Geológico
	Estrutura Ecológica Municipal - Nível I		Estrutura Ecológica Municipal - Nível II
	Estrutura Ecológica Municipal - Nível III		Zonas Inundáveis
	Património Arqueológico - Zona de Protecção		Sítio Arqueológico

Figura 9 - Extrato da legenda da planta de ordenamento. Fonte: Websig-mapas online| Camara Municipal de Guimarães.

3.3. As intervenções nos Espaços Urbanos

Quando o arquiteto Fernando Távora começa a intervir em Guimarães, a cidade encontrava-se em estado de avançada degradação, pelo que se foi perdendo e mudando ao longo dos séculos anteriores, como ilustrado no tema anterior.

Para resolução desta problemática Távora encarrega-se inicialmente do Plano Geral de Urbanização de Guimarães em 1979 juntamente com o arquiteto Alfredo Matos, onde estruturam a cidade, definindo áreas de expansão de forma a criar um todo coerente, considerando toda a área urbana como de valor cultural. É através deste plano que é criada uma noção de património arquitetónico em Guimarães, e da sua aplicação numa perspetiva urbana, princípios transportados, posteriormente, por Távora nas intervenções em colaboração com o G.T.L., principalmente para o redesenho de espaços públicos.

O arranjo de cada Praça ou Largo possui um caráter próprio de acordo com a sua forma, função e unidades monumentais abrangidas para cada intervenção.

“Caracteres diferentes inseridos num percurso urbano intramuros que garante a sua unidade dentro da sua diversidade”⁴⁴

São cinco as iniciativas por ordem de intervenção maioritariamente de conservação e revitalização dos vários espaços: a Praça do Município (Praça Barroca) com a presença do antigo Convento de Santa Clara (edifício barroco) hoje edifício da Câmara Municipal de Guimarães e o edifício manuelino onde hoje se encontra a Biblioteca Municipal; Praça de Santiago (Praça Medieval) definida pelas residências de origem medieval e os Antigos Paços do Concelho, o Largo João Franco (Largo Renascentista) com a Igreja da Misericórdia, Largo da Condessa do Juncal (Largo Romântico) que evoca a memória do Postigo de S.Paio e na sua proximidade a Casa na Rua nova e por fim o Largo da Nossa Senhora da Oliveira onde se encontra o Mosteiro de S.Torcato e é a origem da história da Oliveira que se tornou um símbolo deste espaço.

A sua unidade de conjunto é conferida através do uso do granito, pedra local, nas variadas estereotomias, regularização dos passeios, que, geometrizam os espaços da praça e o desenho dos pavimentos que dão proporcionalidade e organização aos espaços de praça.

⁴⁴ Trigueiros, L. (1993). Fernando Távora. Lisboa: Blau.p.178.

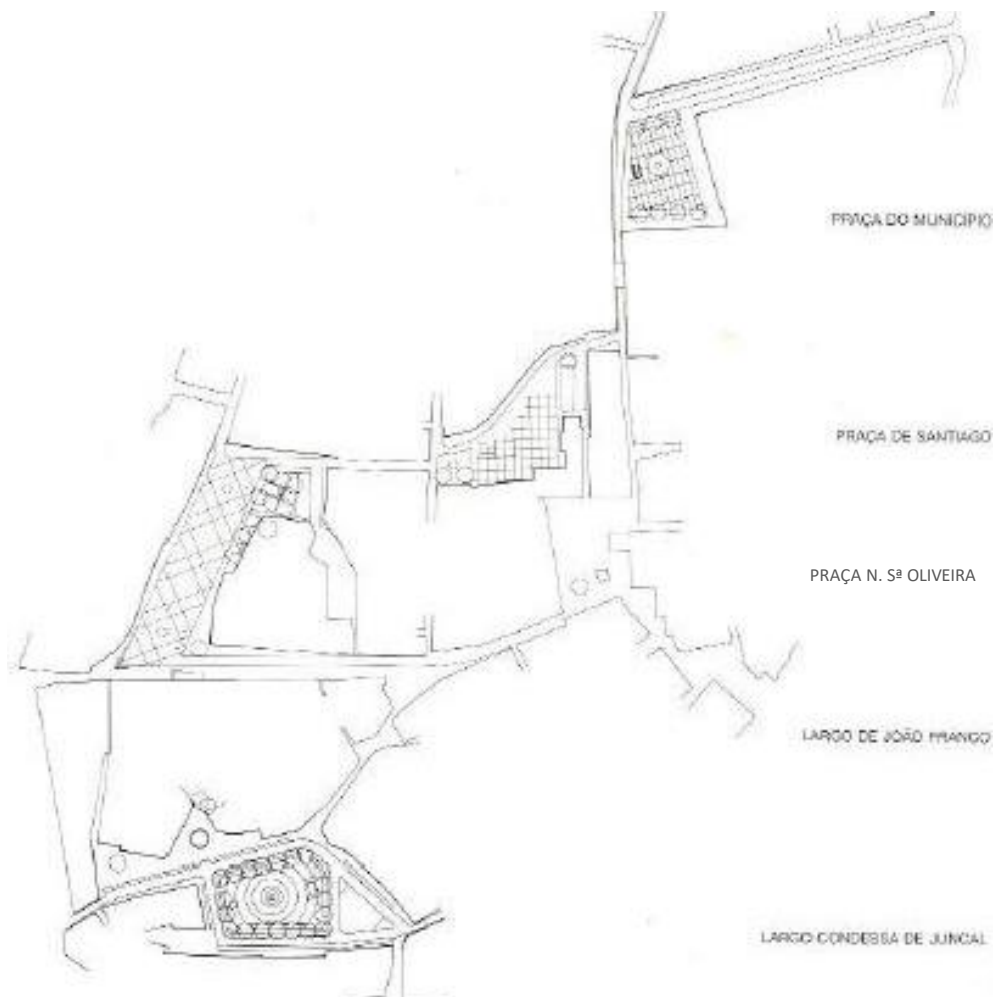


Figura 10 - Planta das praças projetadas pelo G.T.L, 1988. Fonte: **(Esposito & Leoni, 2005)**, (sem escala).

Largo Cónego José Maria Gomes/Município

A praça do Município é construída aquando o Convento de Santa Clara, edifício notável pela sua fachada em estilo “*Rocaille*” datada do séc.XVI, esta está ligada a Praça de Santiago através da rua de Santa Maria que é considerada uma das primeiras ruas da cidade por ser o elo de ligação entre o Castelo e o Mosteiro.

O projeto de reabilitação do Largo do Cónego José Maria Gomes (outro nome para a praça do município), foi o primeiro da intervenção no espaço público por Fernando Távora, era um espaço de estacionamento desordenado, sendo que os carros ocupavam o espaço das pessoas, a proposta tem como objetivo devolver a qualidade à população assim como resolver certos problemas: “O estudo que aqui procura descrever e justificar, tem como objetivos fundamentais, o contrariar o caráter de parque de estacionamento atualmente conferido ao Largo, o regularizar e resolver o empeno existente resultante da diferença de cotas entre os seus extremos, o de o relacionar com as fachadas que o enquadram, e de dotar de materiais e desenho que lhe devolvam a sua verdadeira dimensão e qualidade ambiental”⁴⁵

Este largo é formado por alguns edifícios municipais e outros particulares que foram reabilitados, nomeadamente, o Convento de Santa Clara atual Camara Municipal de Guimarães, que devido a estas instalações municipais conferiu um novo nome ao largo, Largo do Município. Além deste edifício encontra-se também a Biblioteca Municipal Raul Brandão; a Casa Amarela que se trata de um edifício particular, recuperado com apoio do RECRIA e a Casa do Arco, também edifício particular com acompanhamento técnico.

O Largo tem forma trapezoidal onde se diferenciam guias de granito amarelo perpendiculares e paralelas à fachada do convento, bancos e árvores nos lados laterais e uma fonte alinhada com a entrada do edifício e do largo acessível por uma pequena escadaria.

As fachadas envolventes do Largo, nomeadamente a do antigo Convento, foram determinantes na solução que Távora propôs, apropriando-se de três momentos que constituem o alçado do edifício, utilizando-os de igual modo no largo, o lado esquerdo mais estreito, o central e o lado direito mais comprido:

“A plataforma central do Largo a Norte e a Sul, é contida e separada dos arruamentos por duas fiadas de árvores (tílias) que estão a eixo e no enfiamento dos dois cunhais do edifício. Também os dois pilares existentes na parte central da fachada serão prolongados em guias de pedra (granito) com a mesma largura e que atravessam a praça no sentido transversal. Prevê-se ainda uma outra guia paralela a estas e às que ladeiam os canteiros das árvores, que marcará o eixo do edifício e da praça.

Estas guias serão contrariadas por outras em sentido longitudinal, mais estreitas, formando retângulos em desenho semelhante ao adotado para outros locais da Cidade, nomeadamente no Largo da Oliveira.

⁴⁵ TÁVORA, F. Memoria Descritiva e Justificativa do Largo do Município, Guimarães, 8 de julho de 1985.



Figura 11 - Foto do largo com vista para a fachada do Convento Santa Clara; Axialidade da fonte com o Convento Santa Clara. Fonte: Autor.

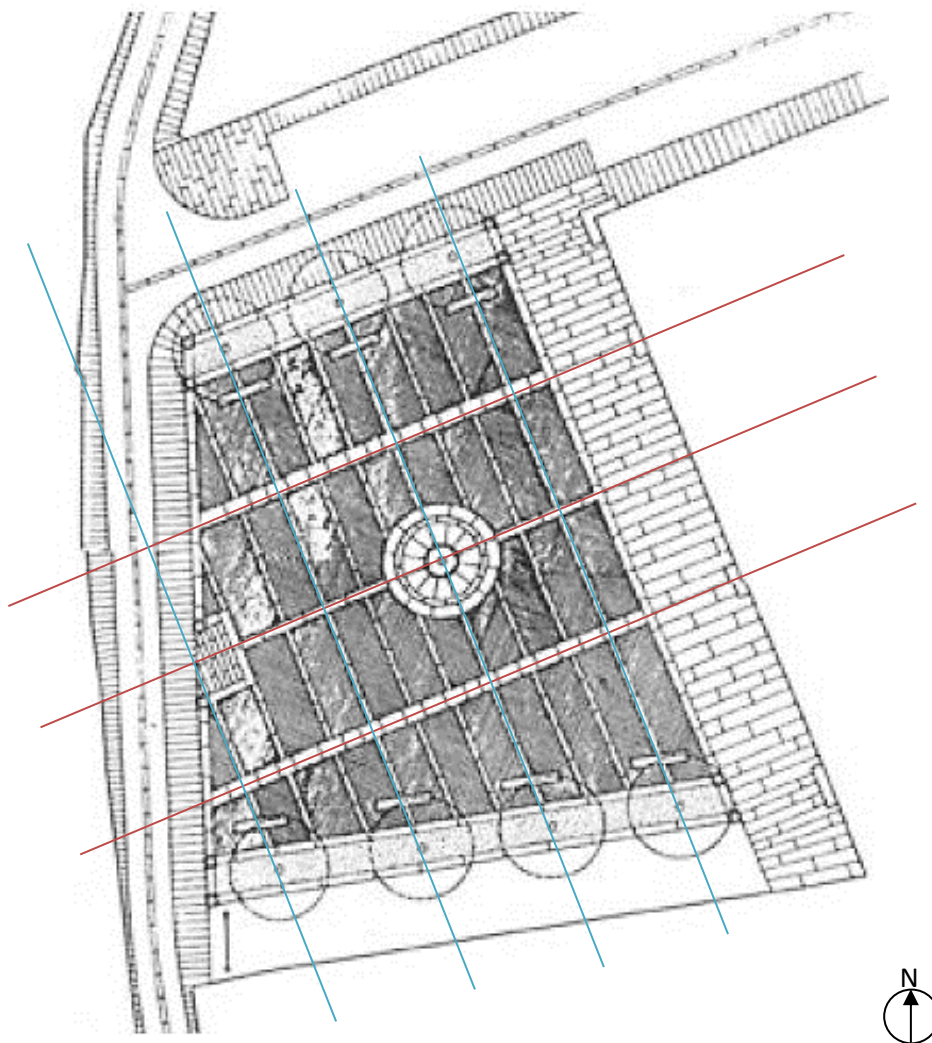


Figura 12 – Planta da Largo do Município e marcação das guias perpendiculares e paralelas. Fonte: (Trigueiros, 1993), (sem escala).

O lajeado existente em frente da Câmara será mantido após a regularização do seu assentamento. A mesma solução (lajeado de granito) será adotada para o acesso eventual ao longo da Casa do Arco e em todos os passeios que ladeiam a praça. Refira-se a propósito que passeios e arruamentos serão de nível, apenas se distinguindo pelo material.”⁴⁶

A fonte substitui um grande cruzeiro em pedra que existia, logo, o arquiteto utiliza o mesmo material em granito amarelo e pormenoriza-a em forma de cruz, de modo a relembrar o passado e a sua implantação encontra-se no centro sobre o eixo da entrada do edifício.

As guias, os muros, a fonte e os bancos são em granito amarelo com acabamento a pico fino semelhante ao da fachada do antigo Convento de Santa Clara e ao lajeado dos passeios que são em granito dente de cavalo.

O estacionamento foi retirado na sua totalidade, uma vez que existe outros para o efeito em locais próximos, como nas traseiras do edifício da Câmara para os funcionários, no edifício do Tribunal para o público em geral e mantiveram o estacionamento na Rua Condestável Nuno Álvares que dá acesso ao largo.

Em relação ao trânsito automóvel foi proposto a inversão de sentido na parte superior da Rua de Santa Maria, ou seja, passou a ser ascendente, mantendo-se a restante no sentido descendente, o acesso à entrada principal da Câmara e do lado sul é eventual e condicionado. É de referir a preocupação de diferenciar a Rua de Santa Maria, devido a ser uma das mais antigas da cidade, o material usado continua a ser o granito amarelo, no entanto os blocos são polidos, um tratamento que remata no Largo da Nossa Senhora da Oliveira, tanto nos passeios como na faixa destinada ao automóvel, enquanto que, na Rua do Condestável Nuno Álvares Pereira, predomina o granito amarelo nos passeios e a faixa de rodoviária é preenchida com pedras irregulares com uma guia central de granito, pormenor que vai ser predominante na intervenção do arquiteto Távora.

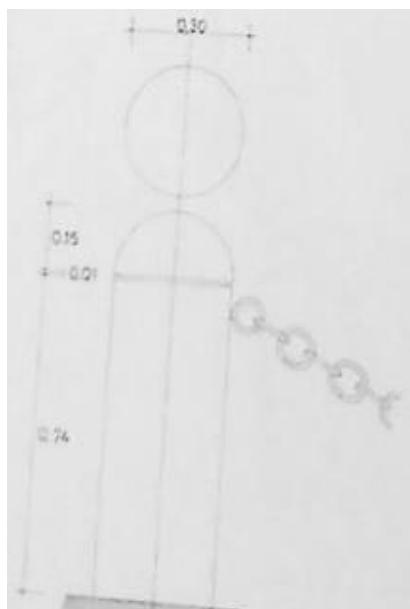


Figura 13 - Desenho técnico do meco de pedra; Foto do meco de pedra com a Rua de Santa Maria. Fonte: (Leite, 2009); Autor.

⁴⁶ TÁVORA, F. Memória Descritiva e Justificativa do Largo do Município, Guimarães, 8 de julho de 1985.

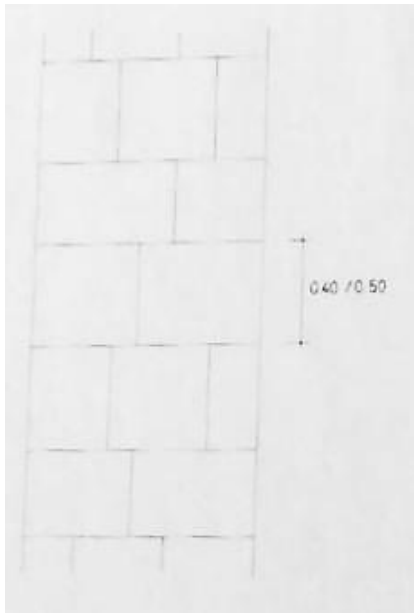


Figura 14 - Desenho técnico do passeio; Foto do lajeado em frente da Câmara. Fonte: (Leite, 2009); Autor.

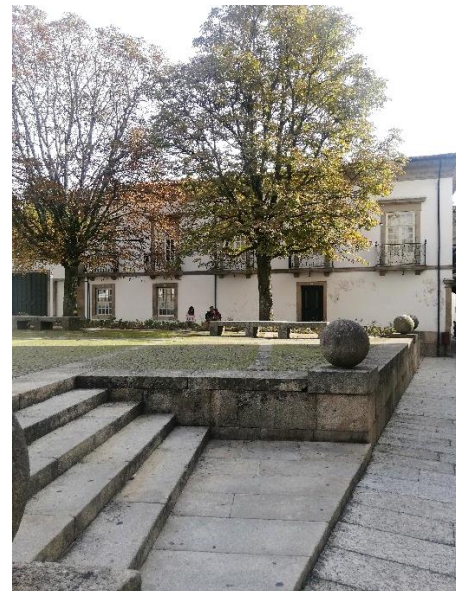
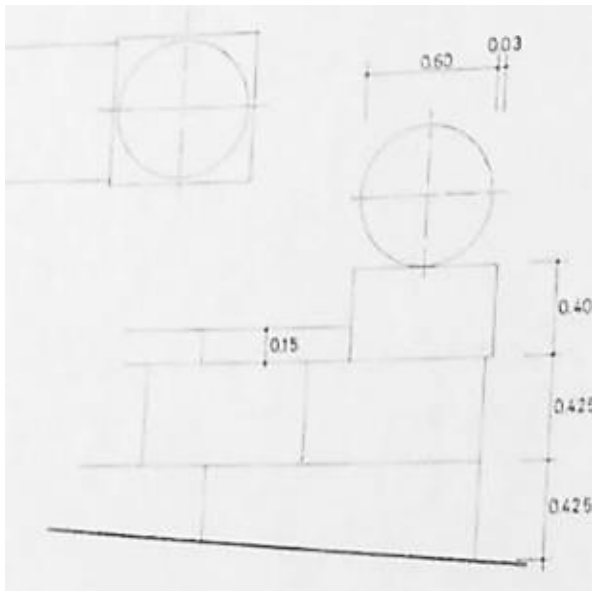


Figura 15 - Desenho técnico dos muros e bola de pedra; Foto da escadaria e dos muros. Fonte: (Leite, 2009); Autor.

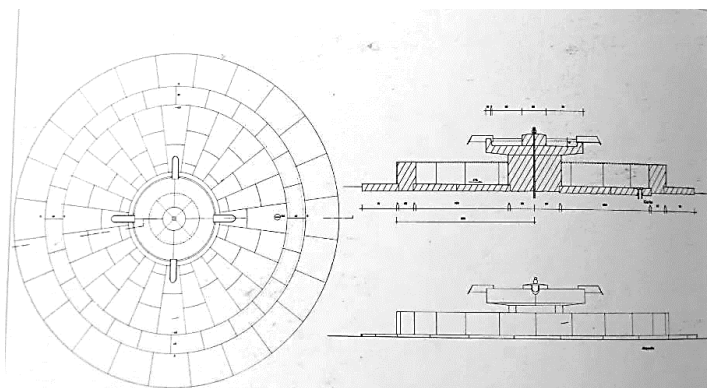


Figura 16—Planta e corte da fonte do Largo do Município; Foto da fonte com vista para a biblioteca. Fonte: (Trigueiros, 1993); Autor.

Praça de Santiago

A praça de Santiago foi construída a partir de 1114, trata-se de uma praça bastante antiga que ainda conserva o seu desenho medieval. Foi nas imediações que se instalaram os francos que vieram para Portugal em companhia do Conde D. Henrique e que foram autorizados a construírem aqui uma capela dedicada ao Apóstolo Santiago⁴⁷, estava localizada aproximadamente no meio da praça, mas foi demolida em 1887.

É possível aceder a esta praça através da entrada principal que comunica com a Praça Nossa Senhora da Oliveira através das arcadas góticas do Museu de Arte *Naíf* (antigo Paços do Concelho) e das quatro ruas que ladeiam este espaço, sendo que duas delas a Rua Gravador Molarinho e Rua Dr. António Mota Prego são somente de acesso pedonal.

Este espaço de forma triangular localizado no centro do núcleo urbano antigo, é destinado a comercio (restaurantes e bares), tornando-se assim a praça mais frequentada devido à sua funcionalidade, “(...) este tipo de operações tem, naturalmente, efeitos turísticos, efeitos no comércio.”⁴⁸

Antes da reabilitação do arquiteto Fernando Távora, esta praça era um parque caótico com um grande desnível e em saibro, “(...) parque de automóveis, para ali arrumados sem pé nem jeito, no meio e dos lados atravancando-se uns aos outros. Há ali casas antigas a cair (...). O chão todo esburacado e as pedras soltas correm aos pontapés de quem passa.”⁴⁹

Tal como nas outras intervenções, o arquiteto respeitou a história do espaço a intervencionar, trazendo a memória e importância à capela de S.Tiago através da sua marcação no pavimento. Esta pequena construção vai servir também para o desenho do pavimento usado nesta praça, que é a malha quadrangular, no sentido vertical desta malha toma partido da grelha já existente da Praça da Oliveira enquanto que a linha horizontal é descoberta no eixo longitudinal simétrico à capela.

A praça é definida pela Rua Praça Santiago onde o seu pavimento se familiariza com a praça anterior, composta por uma guia granítica central enquanto que o resto da faixa é preenchida com pedras irregulares, separando-se do estacionamento paralelo através de uma guia de pedra que delimita os dois espaços indicados ao automóvel.

Os passeios são compostos por lajetas de granito amarelo dispostos na perpendicular fase à entrada e à fachada dos edifícios, este material é usado também nas passadeiras, distinguindo assim o espaço do peão da faixa de rodagem.

⁴⁷ “Tal lugar é referido na carta de doação dum terreno feito pelos condes D. Henrique e D. Teresa a três irmãos de nome Tibaldos, Francos, e a todos os franceses que então vivessem em Vimaranes, para que neles pudessem construir uma capela que por eles foi consagrada a S.Tiago”, Távora, F. Memória Descritiva e Justificativa da praça de Santiago, Guimarães

⁴⁸Dias, M. G. (1999). Ao Volante, pela cidade (dez entrevistas de arquitetura). Relógio D'Água Editores. p.150

⁴⁹ “Centro Histórico quase desprezado”, O primeiro de janeiro de 23 de setembro de 1981



Figura 17 - Vista panorâmica da praça; Vista da entrada pelo Museu de Arte Naif. Fonte: Autor.

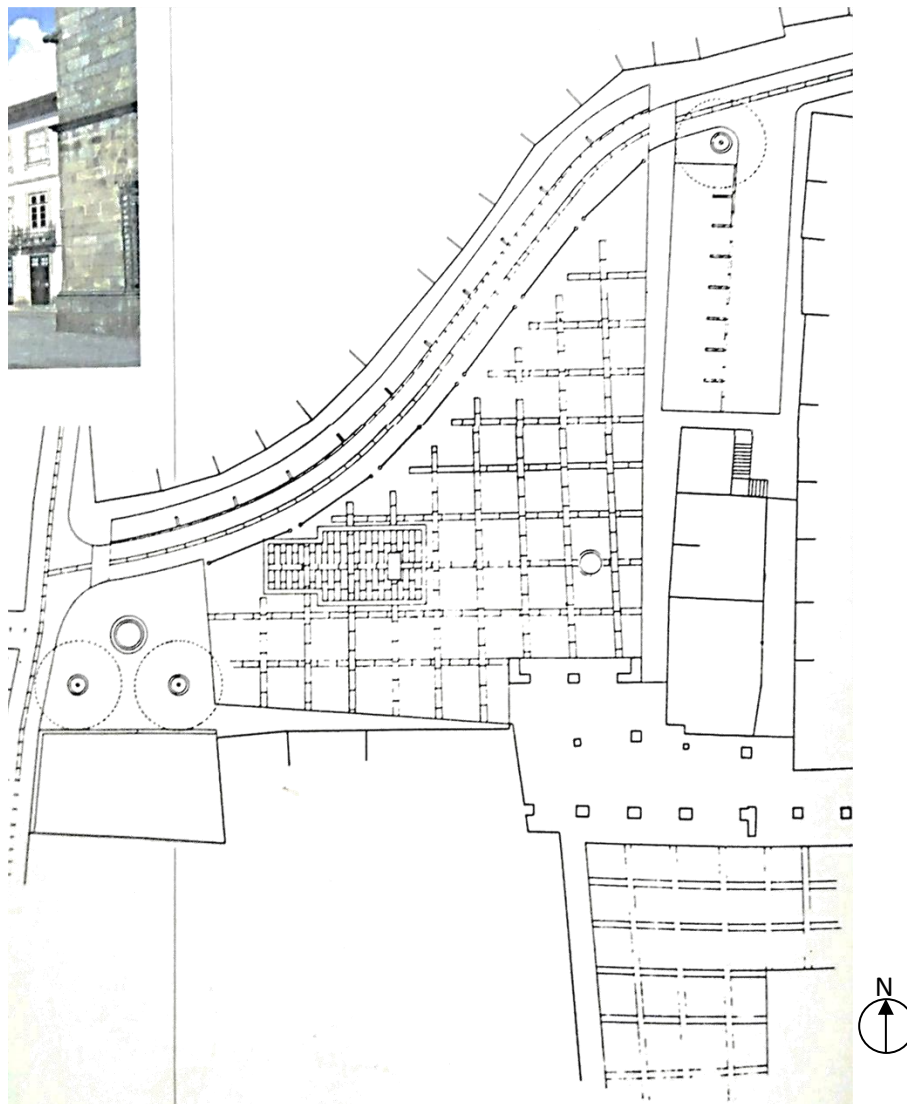


Figura 18 – Planta da praça de Santiago. Fonte: (Trigueiros, 1993), (sem escala).

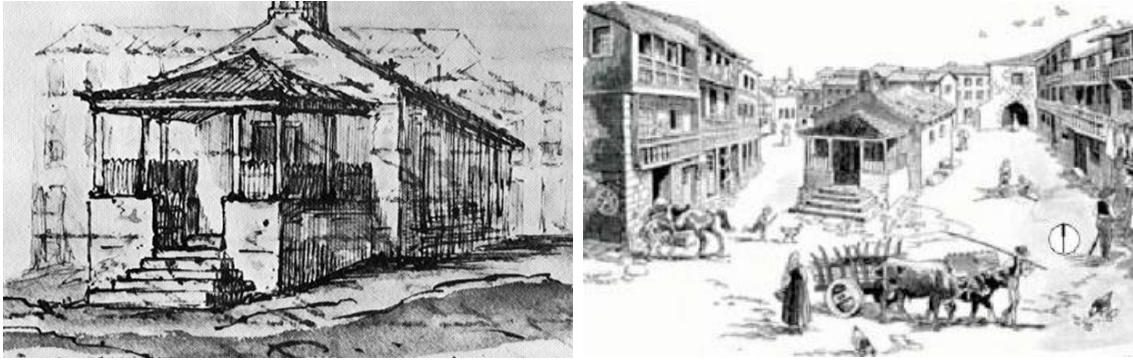


Figura 19 - Capela de S. Tiago (desenho de Carlos Van Zeller); Praça de Santiago em meados do séc. XIX. Fonte: (Cardozo, 1953)

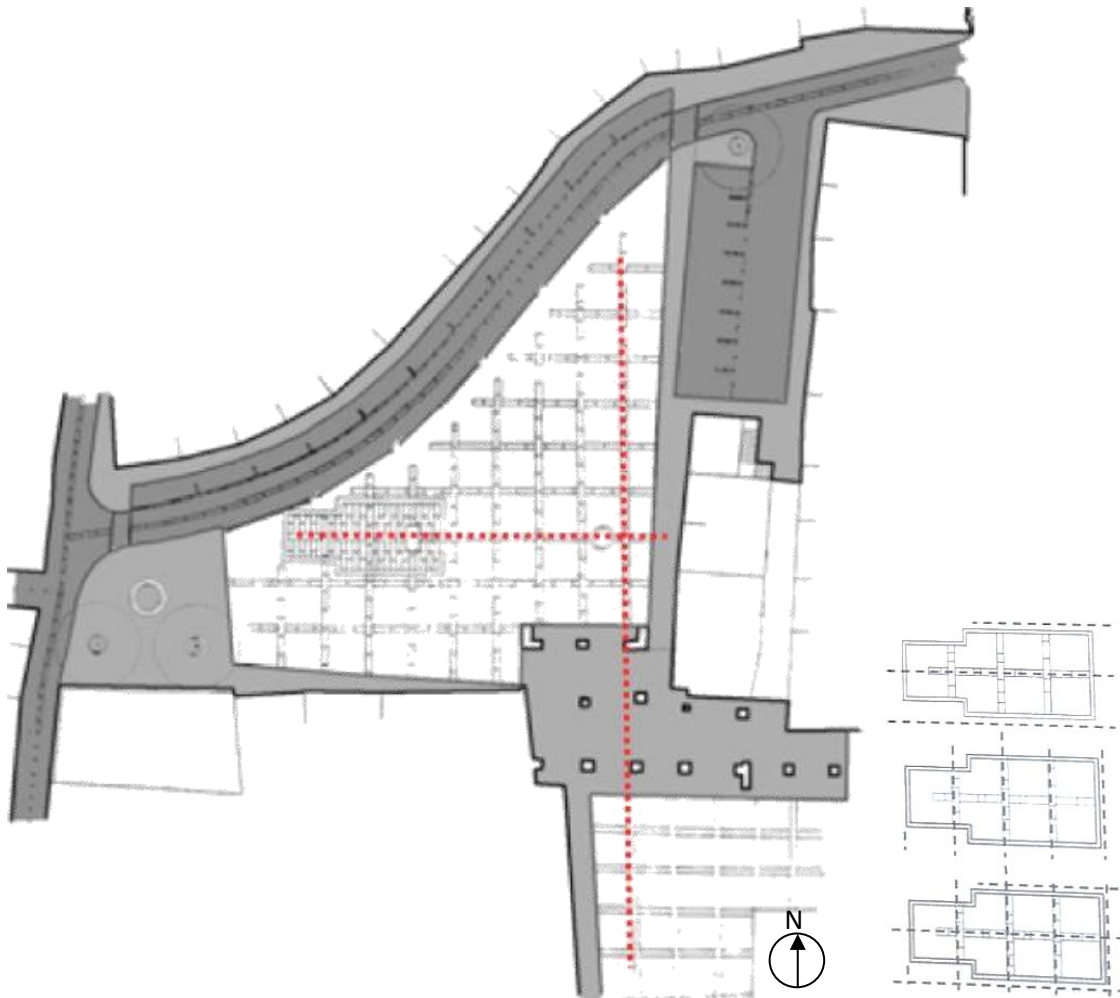


Figura 20 - Esquema que delimita as direções para a malha do pavimento de ambas as praças; Esquemas que determinam as distâncias da malha quadrangular. Fonte: (Lima, 2011-2012), (sem escala).



Figura 21 - Marcação da capela de S. Tiago no pavimento da praça; Lajetas de granito dispostas na perpendicular à fachada dos edifícios. Fonte: Autor.



Figura 22 - Interseção de pavimentos da guia central da faixa rodoviária para as lajetas de granito polido na Rua de Santa Maria; Uso das lajetas de granito para demarcar zona pedestre. Fonte: Autor.

Praça de Nossa Senhora da Oliveira

“No início do séc. XIV, junto ao Mosteiro de S. Torcato, havia uma grande Oliveira, que produzia o azeite da lâmpada do Senhor Mártir. A Oliveira foi levada para Guimarães para ser plantada em frente à porta da Colegiada, mas depressa secou. Até 1342, o espaço ficou sem árvore, mas nesse mesmo ano foi colocada uma cruz normanda, compondo o monumento conhecido pelo Padrão da Vitória.

Reza a história que a Oliveira reverdejou, originando a lenda (...) de ligação à Virgem, de tal forma que esta passou a chamar-se Nossa Senhora da Oliveira. Assim, esta Oliveira constitui o símbolo de presença divina, sendo venerada e sucessivamente substituída por outras, ocupando o centro da praça, que, entretanto, acabou por tomar também o seu nome.

Diz-se que (...) a oliveira foi derrubada (...) ficou a praça, sem oliveira, durante muitos anos. (...) No decorrer da reabilitação do centro histórico de Guimarães, pelo ano de 1985, o arquiteto Távora recolocou uma árvore proveniente da sua própria Casa da Covilhã (situada em Santa Eulália de Fermentões), (...) Távora desenhou o canteiro em pormenor, gravando as datas de derrube e a nova plantação.”⁵⁰

A praça de Nossa Senhora da Oliveira é uma espécie de continuidade da Praça de Santiago, ambas são acedidas através das arcadas góticas do Museu de Arte *Naif* (antigo Paços do Concelho), desta forma, verifica-se a métrica utilizada no pavimento, uma quadricula preenchida com pedras irregulares, com uma guia de granito que separa os diferentes quadrados, esta grelha ortogonal é interrompida junto aos edifícios, como os antigos Paços do Concelho, a Igreja de N. S^a da Oliveira e o Padrão da Vitória.

Tal como na praça que lhe é contígua, predominam os edifícios medievais, cujo caráter foi integralmente mantido e a função de comércio/lazer, visto que neste espaço predominam diversas esplanadas de apoio aos restaurantes que se encontram no piso térreo das habitações.

O Arquiteto Fernando Távora desenha o canteiro em pormenor da Oliveira existente nesta praça, gravando as datas de derrube e a nova plantação, pois é o símbolo deste espaço público.

⁵⁰ Lima, S. R. (2011-2012). Fernando Távora e o espaço público português. Dissertação de Mestrado. Faup. p.167



Figura 23 - Igreja N. Sª da Oliveira (Desenho Nogueira da Silva); Colegiada (Gravura meados séc.XIX). Fonte: Direção Geral do Património Cultural; (Cardozo, 1953).



Figura 24 - Continuidade do desenho do pavimento da Praça de Santiago para a Praça Nossa Senhora da Oliveira. Fonte: (Lima, 2011-2012), (sem escala).



Figura 25 - Acesso pela Praça de Santiago através das arcadas do Museu de Arte Naif; Quadricula no pavimento preenchida com pedras irregulares. Fonte: Autor.



Figura 26 - Lajetas de granito junto à colegiada e Igreja N. S.ª da Oliveira; Vista panorâmica da Praça N. S.ª da Oliveira. Fonte: Autor.



Figura 27 - Corte e Alçados do canteiro da Oliveira; Foto do canteiro da Oliveira. Fonte: **(Lima, 2011-2012)**; Autor.

Largo de João Franco/Misericórdia

“No Largo de D. João Franco existe uma fonte com uma inscrição onde se lê: “João Primeiro do Reino Unido Menistro aqui fés por a Estêvão Justo o qual com esta fonte magestoza ornou a pátria do primeiro augusto anno de 1820”. Tem as armas da Nação, numa composição simples de estilo neoclássico, em cantaria de granito da região. Inclui duas taças, uma das quais se encontra muito danificada e a água já perdida. O seu valor histórico, marca uma época, assinala um fato da vida vimarense”.⁵¹

Esta praça tanto é definida pelo nome de João Franco, como pelo nome de Largo da Misericórdia, devido a existir do lado sul, a Igreja da Misericórdia cuja fachada principal é de estilo renascentista, é integralmente em cantaria e organiza-se como um retábulo, esta característica define assim o arranjo deste largo que possui um caráter próprio de acordo com a unidade monumental.

A intervenção de Fernando Távora neste largo é semelhante as outras, pelos mesmos motivos, que são, o uso de materiais tradicionais, a memória do lugar e a sua envolvente.

A proposta trata de um esquema organizativo do espaço, alterando o desenho do pavimento, onde a sua composição se baseia numa grelha quadricular oblíqua face aos edifícios na sua envolvente. O material usado nas guias é o granito, nos espaços quadrangulares o cubo é disposto de forma a criar círculos, nos espaços retangulares o material é disposto de forma linear, umas guias exteriores marcam o limite do largo e o desenho dos passeios, em granito disposto perpendicularmente aos edifícios.

O largo João Franco possui uma forma alongada, que é acentuada pela axialidade da disposição das duas fontes no espaço, nas extremidades cercadas por esferas em granito, protegendo assim o espaço da circulação automóvel, que continua a existir.

⁵¹ Lima, S. R. (2011-2012). Fernando Távora e o espaço público português. Dissertação de Mestrado. Faup. p.171

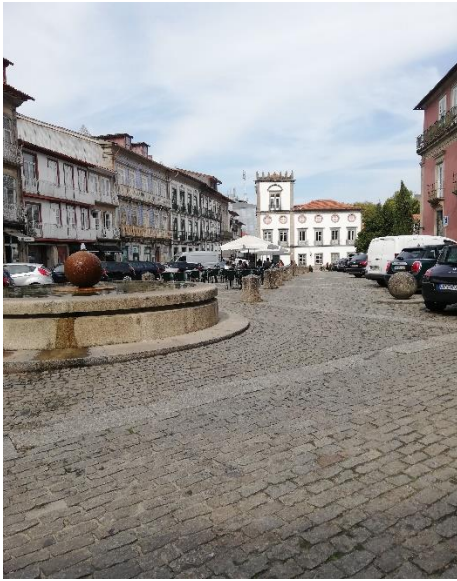


Figura 28 - Foto do largo com vista para a Casa dos Carvalhos, séc. XVI; Foto do largo com vista para o edifício da Misericórdia. Fonte: Autor.

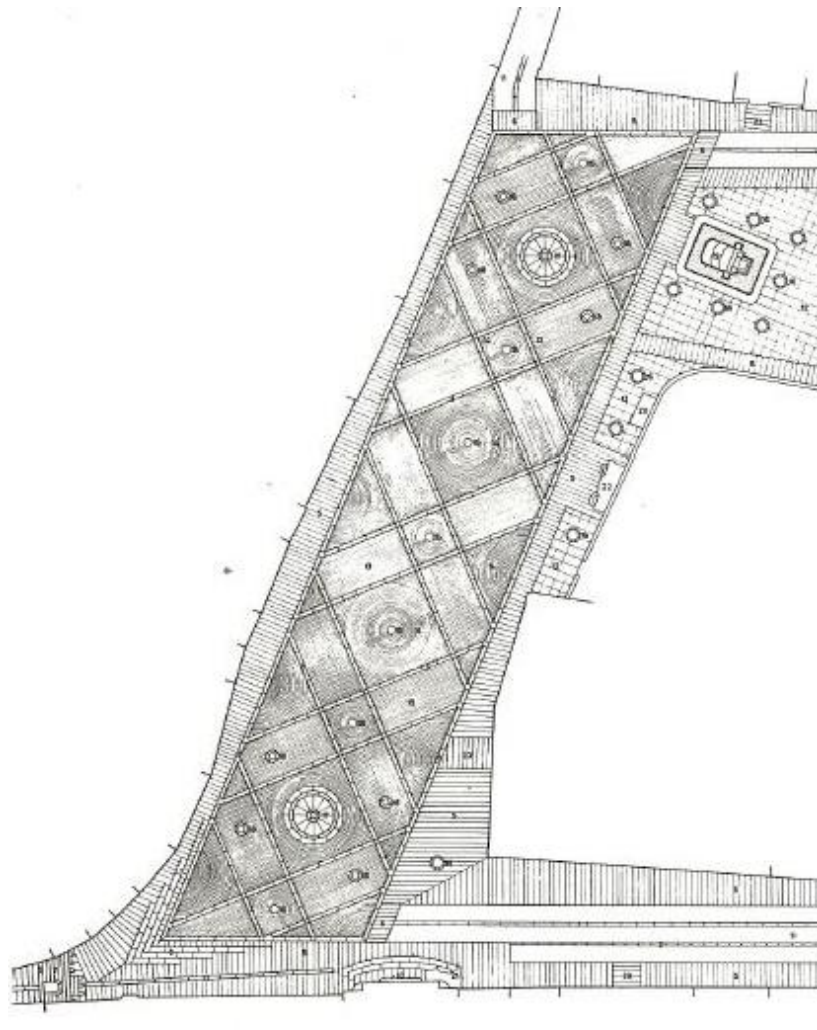


Figura 29 - Planta de intervenção Largo da Misericórdia pelo G.T.L. Fonte: (Trigueiros, 1993), (sem escala).

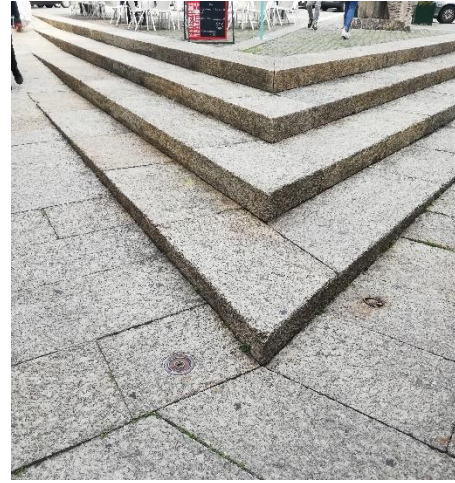


Figura 30 - Marcação da Porta da Vila no pavimento; Remate do pavimento com a escadaria. Fonte: Autor



Figura 31 - Pormenor escoamento águas no pavimento; Pormenor escoamento águas no passeio. Fonte: Autor.



Figura 32 - Monumento a João Franco; Diferentes direções dos cubos de granito. Fonte: Autor.



Figura 33 - Pormenor guias e passeios em lajeado; Pormenor diferentes direções do passeio. Fonte: Autor.



Figura 34 - Foto da fonte num dos extremos da praça. Fonte: Autor.

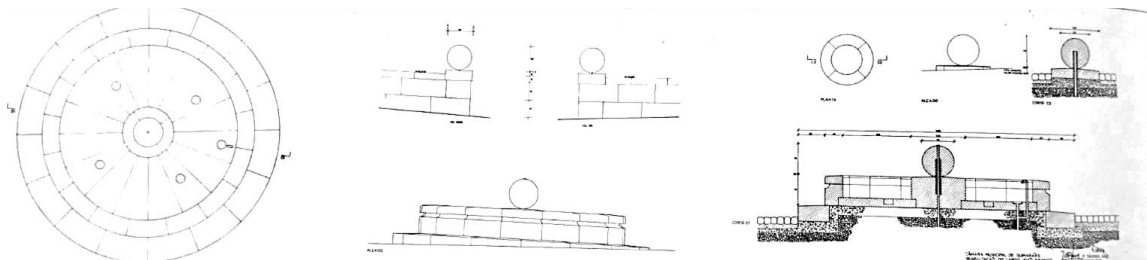


Figura 35 - Planta, Alçado e Corte da fonte na Praça João Franco. Fonte: (Trigueiros, 1993).

Largo Condessa do Juncal

“O atual Largo localiza-se no tecido Medieval de Guimarães e também resulta da demolição de vários edifícios no seu miolo. Foi batizado como Largo Condessa do Juncal, por decreto de 17 de abril de 1890, em homenagem a Amélia Augusta Ferreira do Amaral, uma benfeitora e benemérita da Santa Casa da Misericórdia, casada com Carlos Pinto Vieira da Mota, que ostentou o título de Condessa do Juncal apos a sua instituição pelo Rei D. Carlos I.

Esta área esteve sempre ligada à muralha pelo seu limite a Sul e tinha duas Portas da vila que serviam para a entrada e saída da cidade, a Porta Nova, ou postigo de S. Paio e a Porta da Torre Velha.”⁵²

Este largo já teve uma intervenção, mas funcionava como parque de estacionamento, dando assim origem a um novo projeto para desenvolver um espaço público, embora mantendo a circulação automóvel perifericamente.

O seu desenho aproxima-se do trapézio e ao contrário das outras praças, esta é fechada por uma barreira vegetal que encerra o espaço de praça e é reforçado verticalmente com árvores de grande porte. Todos os limites da área que começa na Porta Nova de S. Paio até ao início da Rua Nova, ou Egas Moniz, foram tratados à semelhança das outras praças.

Os passeios foram redesenhados em lajetas de granito, o eixo central da antiga Rua de Alcobaça foi preservado e as guias de estacionamento foram desenhadas ao longo do lado esquerdo do sentido de trânsito, nas entradas para a praça foram desenhadas no pavimento as portas da Vila, fazendo perpetuar as suas localizações originais.

O arquiteto Fernando Távora desenhou também uma cruz na estrutura redonda que serve de rotunda para fazer a entrada no hotel do Toural, com o objetivo de sinalizar a igreja de S. Paio que ali existiu e foi demolida.

Propôs um tratamento diferente de pavimentos e respetivos remates, utilizando o basalto da calçada portuguesa para fazer os círculos concêntricos, introduziu um quiosque e algum mobiliário urbano também desenhado propositadamente para este espaço.

⁵² Ferreira, A. N. (2014). Largo Condessa do Juncal: um caso de estudo no centro histórico de Guimarães. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão FAA. p.85

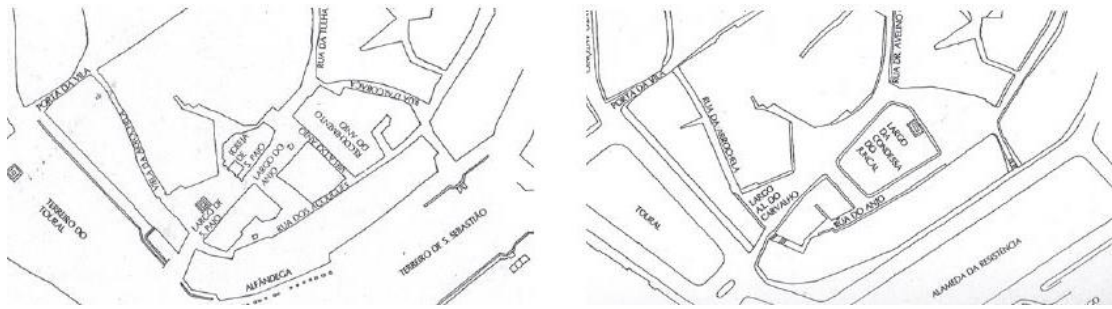


Figura 36 - Planta do Largo Condessa do Juncal, 1569; Transformação do largo ao longo dos tempos. Fonte: **(Cardozo, 1953)**.

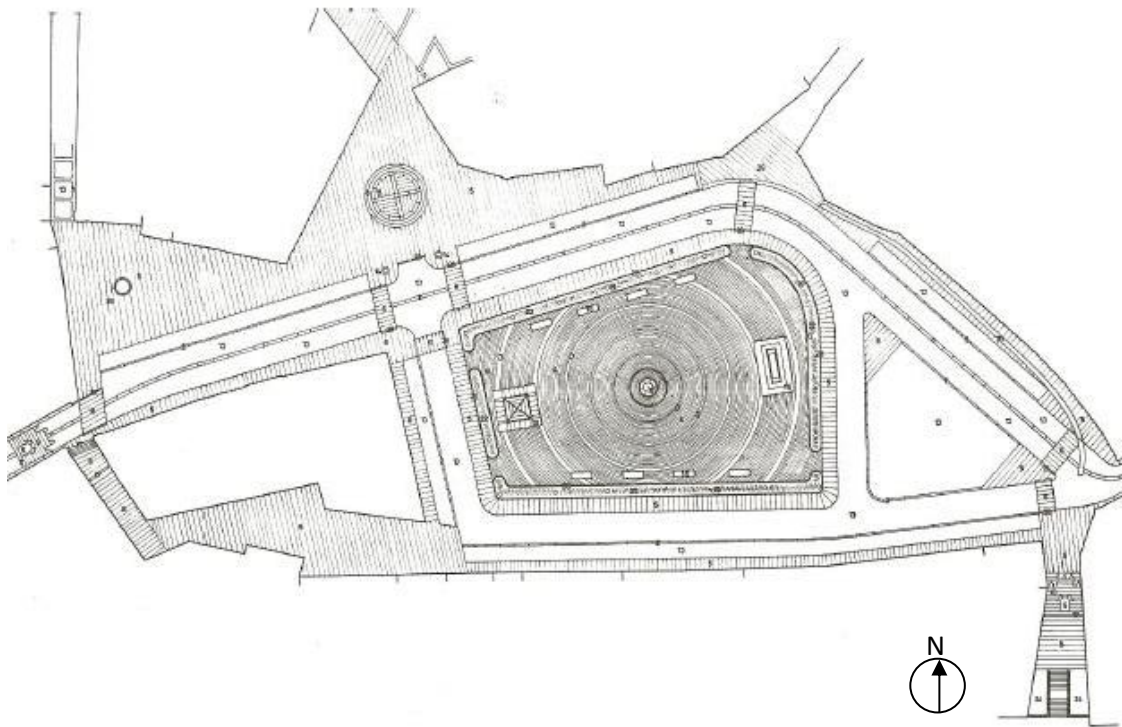


Figura 37 – Planta de intervenção no Largo Condessa do Juncal pelo G.T.L. Fonte: (Trigueiros, 1993).



Figura 38 - Pormenor do pavimento do Largo Condessa do Juncal; Escultura no topo do Largo Condessa do Juncal.
Fonte: Autor.

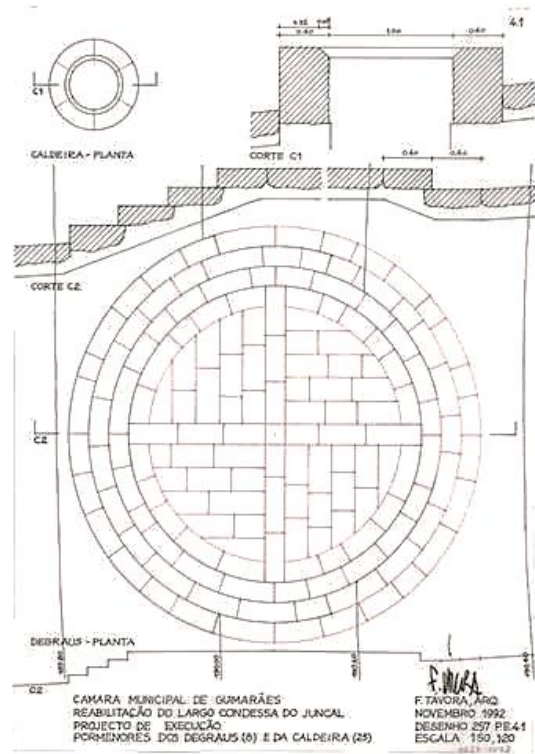


Figura 39 - Rotunda que evoca a Igreja de S. Paio (demolida); Planta e Corte da rotunda. Fonte: Autor; Arquivo | Fundação Instituto Marques da Silva.



Figura 40 - Vista para o estacionamento do Largo; Pormenor remate do passeio. Fonte: Autor.

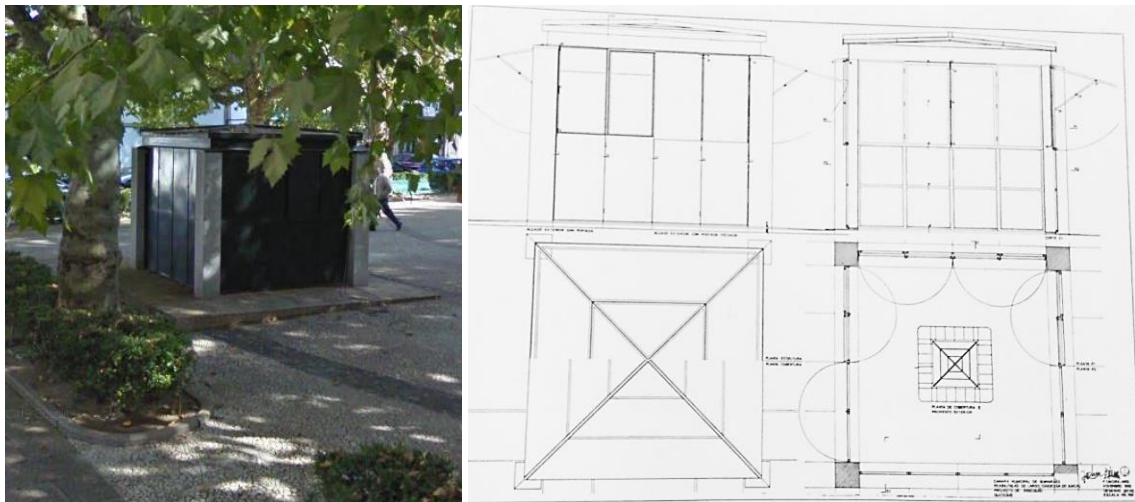


Figura 41 - Foto Quiosque pertencente ao Largo; Planta e Alçados quiosque, Largo Condessa do Juncal. Fonte: Google Maps; (Trigueiros, 1993).

CAPÍTULO IV – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO LARGO ATOR DIAS

4.1. Enquadramento Urbano

O projeto da presente dissertação desenvolve-se no Centro Histórico da cidade do Porto, no Largo Ator Dias, é uma área habitacional, com um recente caráter turístico, cercado por parte da muralha Fernandina, tem relação direta com as escadas dos guindais e anteriormente com a rua das Fontainhas, de momento essa ligação não existe devido a um incêndio depois do desabamento nos Guindais sucedido a 27 de janeiro em 1879.

A compreensão do lugar é fundamental na conceção do projeto, sendo por isso importante analisar a sua origem para dessa forma conciliar uma possível solução de acordo com o contexto em que está inserido.

No início do século XIX, Francisco de Almada, responsável pela administração das obras públicas, manifestou o desejo de geometrizar a cidade, abrir novas ruas (mantendo as fachadas) e praças, tendo como principal foco o crescimento da cidade, devido ao rápido e elevado crescimento demográfico da cidade do Porto.

Com a evolução dos tempos e o crescimento da cidade, deu-se de forma progressiva a demolição da Muralha Fernandina, no final do século XVIII, para dar lugar a novos arruamentos, praças e edifícios.

A Muralha possuía ao longo do seu perímetro várias portas fortificadas e postigos, é conveniente mencionar que uma das entradas da cidade teve várias denominações sendo a última Porta do Sol, esta deu origem à primeira denominação do Largo, Largo do Postigo do Sol.

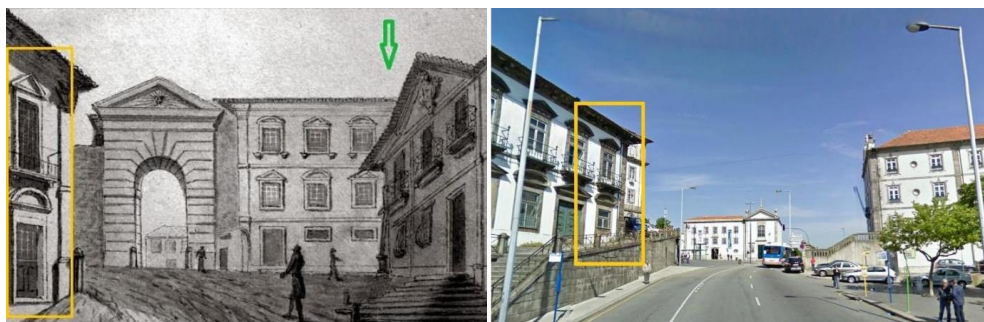


Figura 42 - Evolução do local onde a Porta do Sol se implantava. Fonte: <https://aportanobre.blogs.sapo.pt/a-porta-do-sol-22111>.

Na fig. 42 é possível verificar a existência de alguns edifícios da época, onde se assinala a laranja com um retângulo o Palacete do Visconde de Azevedo e com uma seta verde o edifício de Miguel Brandão da Silva.

Em 1875 inicia-se a destruição desta área, sendo demolido a Porta do Sol de modo a criar novo e desafogado acesso ao tabuleiro superior da Ponte D. Luiz, ficando como se apresenta na atualidade na fig.42.

A denominação de Largo do Postigo do Sol foi, entretanto, alterada para Largo da Polícia em 1831, por ali estar fixado o quartel do Real Corpo da Polícia do Porto. Esse nome viria a ser novamente alterado, em homenagem a António Guilhermino Dias, farmacêutico e ator amador, acabando por ser denominado pelo nome hoje conhecido de Largo Ator Dias.



Figura 43 - Largo da Polícia (Porto) por volta de 1910; Largo da Polícia vista Muralha Fernandina. Fonte: Arquivo Municipal do Porto.

Em 1881 deu-se início a construção da ponte D. Luís após a demolição da Porta do Sol em 1875, o tabuleiro superior foi inaugurado em 1886 e em 1887 deu-se a abertura do tabuleiro inferior, que liga a cidade do Porto a Vila Nova de Gaia⁵³.

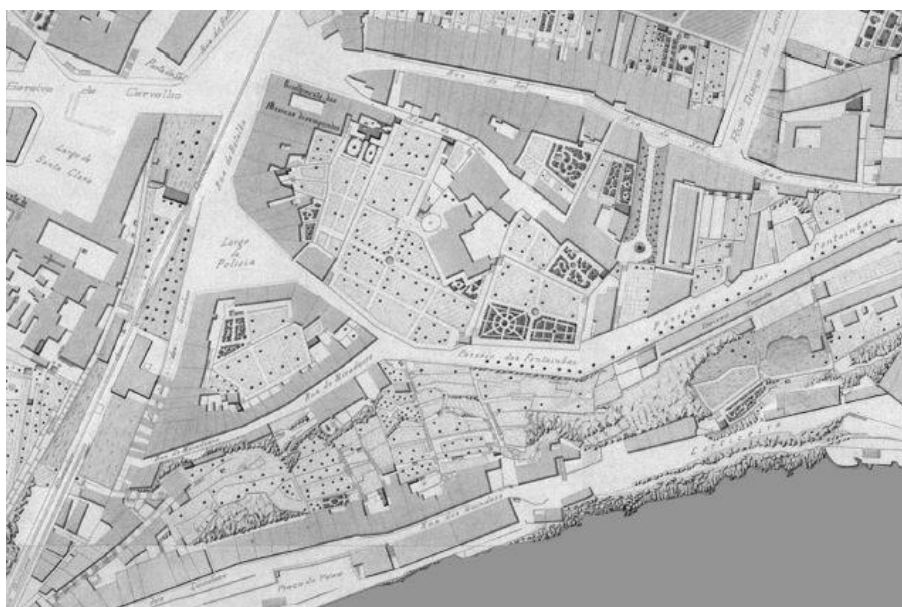


Figura 44 - Extrato da planta topográfica de Augusto Gerardo Teles Ferreira de 1892, referente à área de intervenção, na cidade do Porto. Fonte: Arquivo Municipal do Porto (sem escala).

⁵³ Júnior, J. A. (s.d.). Entre o plano e o declive, dissertação Mestrado. EAPA. p.32

A 1879 esta área foi marcada por um grande desabamento ao qual se terá sucedido um incendio em larga escala na escarpa dos Guindais e ainda em 1926 pela classificação dos troços sobreviventes da muralha medieval como “Monumentos Nacionais”.

O trânsito proveniente da ponte D. Luís aumentava exponencialmente, o que levou à necessidade de criar escoamento deste para nascente. Em 14 de Junho de 1965 é apresentado o projeto para o “Prolongamento da Rua do Duque de Loulé”, que corresponde à criação de um viaduto através da ligação entre a Rua Duque de Loulé à Rua Saraiva de Carvalho, proporcionando assim condições favoráveis de circulação, de modo a garantir o acesso à zona oriental da cidade.

Para além das vias de circulação, foi proposto também nesse projeto, volumes que se procuravam adequar ao perfil esquemático da cidade preenchendo os vazios. Este projeto foi dividido em duas fases, de forma a servir primeiramente a necessidades imediatas, foi também apresentado o projeto de expropriações (fig.45) que resulta em demolições com o objetivo de proporcionar o espaço destinado à concretização desta proposta.

A 28 de Julho de 1978, a Câmara Municipal do Porto, Direção dos Serviços de Urbanização e Obras lança o concurso para a adjudicação da empreitada referente à primeira fase do projeto de “Prolongamento da Rua Duque de Loulé”, que corresponde à construção do viaduto e das áreas de acesso.⁵⁴



Figura 45 - Planta de expropriações do Projeto de Prolongamento da Rua Duque de Loulé, 1965. Fonte: Arquivo Municipal do Porto. (sem escala)



Figura 46 - Planta de Urbanização do Projeto de Prolongamento da Rua Duque de Loulé (hoje, Rua do Gen. Sousa Mendes), 1965. Fonte: Arquivo Municipal do Porto (sem escala).

⁵⁴ Júnior, J. A. (s.d.). Entre o plano e o declive, dissertação Mestrado. EAPA. p.34.

Na fig. 46 é possível observar que o projeto englobava também a construção de edifícios neste caso de serviços que serviriam para ancorar o viaduto com a malha urbana existente, no entanto esta parte do projeto acabou por não ser realizada, portanto, esta peça acabou por encontrar-se solta e deslocada sem um desenho urbano que a insira e remate na cidade.

Tanto a escarpa dos Guindais como a área das Fontainhas têm vindo a degradar-se, essa degradação advém não só do incêndio que ocorreu em 1879, mas também da erosão ocorrida nos aterros de regularização, ou seja, dos socacos suportados por alvenaria de granito (conhecido como Granito do Porto) sobre o subjacente maciço rochoso, estrutura que esta presente desde 1850. Posteriormente devido a essas anomalias, em 2001 a Câmara Municipal do Porto passa a acompanhar a sua evolução tendo em conta a gravidade das anomalias apresentadas, sendo necessário a urgente intervenção no local, de modo a prevenir acidentes de desmoronamento e queda desse muro de suporte.⁵⁵



Figura 47 - Recorte da revista "O Occidente", publicada em 15 de fevereiro de 1879, com gravura representando o incêndio ocorrido após o desabamento dos Guindais. Fonte: Arquivo Municipal do Porto.

⁵⁵ Júnior, J. A. (s.d.). Entre o plano e o declive, dissertação Mestrado. EAPA. p.36.

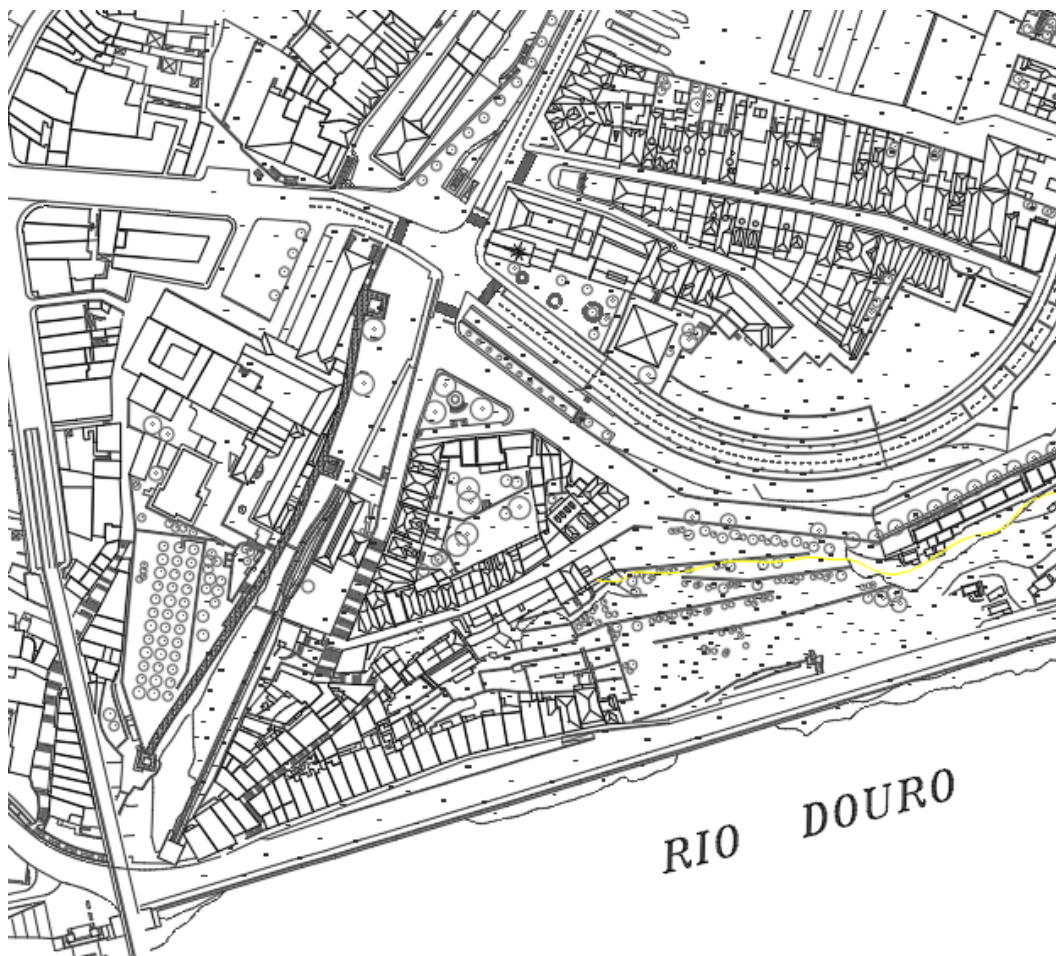


Figura 48 - Planta atual da zona de intervenção. Fonte: Mapas interativos do Porto | Câmara Municipal do Porto. (sem escala).

Tudo isto deu origem progressivamente ao estado de degradação que se pode verificar no Passeio das Fontainhas, pelo desaparecimento de parte do passeio a sul do viaduto, a ligação do Passeio ao Largo Ator Dias, este percurso é atualmente feito através da travessia do parque de estacionamento publico que se encontra a Norte.

O Largo Ator Dias atualmente é ladeado por duas ruas, a Rua de Arnaldo Gama e Largo Ator Dias que se congregam na cota mais alta que pertence a entrada principal de todo este espaço, pela Rua de Saraiva de Carvalho e Rua do Gen. Sousa Dias, nesta área encontra-se também a entrada de estacionamento por baixo do Viaduto.



Figura 49 - Entrada pela Rua de Saraiva de Carvalho e Rua General Sousa Dias, com vista para a entrada do parque de estacionamento Duque de Loulé; Rua Largo Ator Dias, junto ao edifício “Hot five jazz & blues club (downtown)”. Fonte: Autor.



Figura 50 - Rua de Arnaldo Gama, direção Guindais; Rua Largo Ator Dias, direção Fontainhas. Fonte: Autor.

4.2. Memória Descritiva e Justificativa do Projeto

A presente memória descritiva e justificativa, diz respeito ao projeto de arquitetura desenvolvido na unidade curricular de projeto do 5º ano de Mestrado Integrado de Arquitetura da Universidade Lusófona do Porto.

Pretende-se desenvolver na área de reabilitação um edifício que cumpra a função de “Casa de Jazz”, ou seja, uma residência de apoio a artistas que fossem atuar no espaço “*Hot five jazz & blues club (downtown)*”, que se encontra adjacente ao edifício a intervir. Para além desse projeto foi proposto também na mesma área do anterior, o respetivo tratamento do espaço público envolvente, sendo esse, o Largo Ator Dias e o arranque do Passeio das Fontainhas.

A área de intervenção localiza-se a nascente do centro histórico do Porto e tem como perímetro três ruas principais, sendo essas a Rua do Miradouro, a Rua Arnaldo Gama que se estende até as escadas dos Guindais e a Rua Largo Ator Dias.

É importante mencionar que se trata de uma zona com caráter histórico na cidade, pelas suas conhecidas escadas dos Guindais orientadas até ao cais da Ribeira, por parte da Muralha Fernandina e o Passeio das Fontainhas, este último encontra-se parcialmente destruído atualmente. Este conhecimento influencia a proposta de projeto, pois todas as decisões serão feitas com o objetivo de respeitar as características dominantes da região, sendo elas a métrica típica da casa burguesa do Porto, a materialidade e história do local.

Visto que o objetivo da presente dissertação é acerca do tema espaço público tendo em conta a influência das intervenções realizadas pelo Arquiteto Fernando Távora em ambientes semelhantes, considera-se apenas relevante apresentar a intervenção realizada no Largo Ator Dias, pois é nesse projeto que toda a análise e influência precedente incide.



Figura 51 – Vista aérea atual da zona de intervenção na cidade do Porto, orientação Norte. Fonte: Google Earth.



Figura 52 – Vista aérea atual da zona de intervenção na cidade do Porto, orientação Sul. Fonte: Google Earth.

O Largo assume um papel importante no quotidiano da cidade, pois é o lugar onde a população se reúne e convive. Atualmente este espaço encontra-se descaracterizado não conseguindo cumprir com a sua função de lazer, isso acontece devido a fatores como, a insuficiência de lugares de estacionamento, que levou ao excesso de veículos na faixa rodoviária e ao aparcamento caótico, a falta de organização dos espaços do largo e a degradação do anteriormente referido Passeio das Fontainhas, tudo isto contribuiu para que este Largo perdesse o seu interesse social na cidade.

O projeto de intervenção no Largo Ator Dias, é definido por estas problemáticas referidas precedentemente, sendo a intenção integrar este espaço público com a envolvente, tendo em conta as características locais, optando-se assim por realizar uma intervenção mínima, mas que solucione todas as questões apresentadas.

Assim sendo, redesenha-se o espaço público central, que é definido pelas três ruas periféricas, mantendo-se a forma original triangular do Largo, mas este passa a alinhar-se com os edifícios na envolvente, aproveita também o declive natural do terreno até à cota 72, pois é até esse ponto que a rua a Este, Largo Ator Dias e a rua Oeste, Rua de Arnaldo Gama, possuem a mesma inclinação e como resolução das diferentes inclinações dessas ruas a partir dessa cota, é projetado escadas até a cota 70 que é a cota de entrada do edifício proposto, o desenho das escadas é assim conferido pelo encontro das diferentes cotas das duas ruas.

As árvores anteriores foram demolidas pois acredita-se que devido ao tamanho que apresentavam dificultava a visibilidade deste espaço, portanto propôs-se quatro novas árvores no alinhamento do Largo, assim como nos jardins situados à direita deste.

A entrada para o Largo era um ponto a resolver também, porque com a entrada para o parque de estacionamento de Duque de Loulé, esta zona ficava confusa para os utilizadores, pois não era perceptível a via principal, como resolução desenha-se uma única faixa rodoviária com um pequeno jardim no lugar da antiga entrada do parque e esta passa a ser na mesma rua numa cota mais baixa, permitindo fazer o acesso de nível com o espaço do Largo, mantendo na mesma o muro de pedra existente e a escadaria como forma de resolução das diferentes cotas.

A nível do trânsito automóvel, as ruas são distinguidas através dos diferentes materiais escolhidos, a Rua principal, Rua Largo Ator Dias possui uma guia central em granito, pormenor que vai ser usado no contorno dos passeios também e preenchida por cubos graníticos, a Rua de Arnaldo da Gama é apenas preenchida com cubos de granito, com guias de granito a contornar os passeios, essa escolha é feita devido a esta rua apenas ser usada como forma de acesso às residências aqui situadas, projeta-se também passeios para possibilitar a circulação dos peões até as escadas dos guindais em ambos os sentidos, algo que não acontecia antes. Na rua frente ao edifício *“Hot five jazz & blues club (downtown)”* o material escolhido é o mesmo que nos passeios, as lajetas de granito, este material é apenas usado nas áreas destinadas à circulação de peões, esta rua poderá também ter acesso a automóvel autorizado unicamente para descargas, anteriormente este espaço era usado para estacionamento, o que criava conflito com este espaço de lazer.

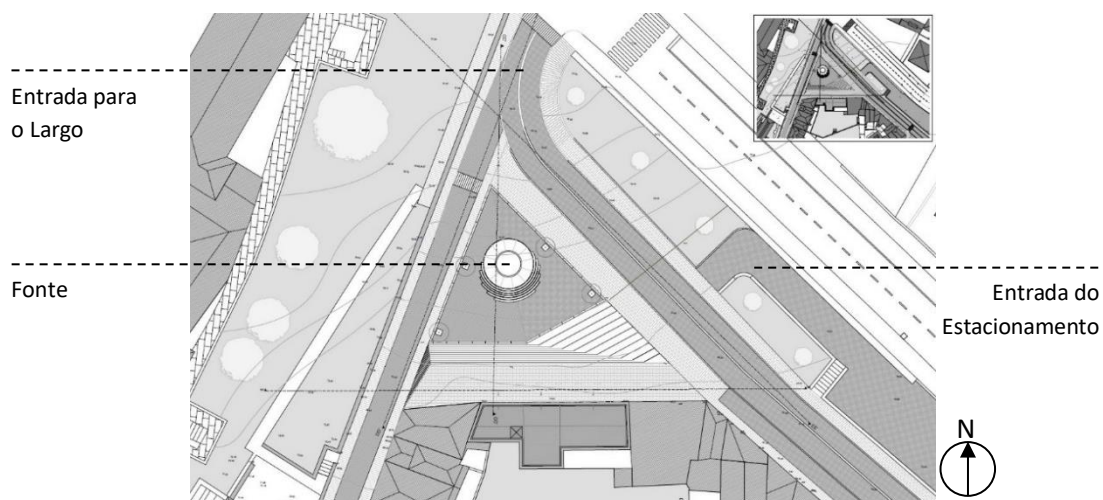


Figura 53 - Planta da intervenção no Largo Ator Dias. Fonte: Autor (sem escala).

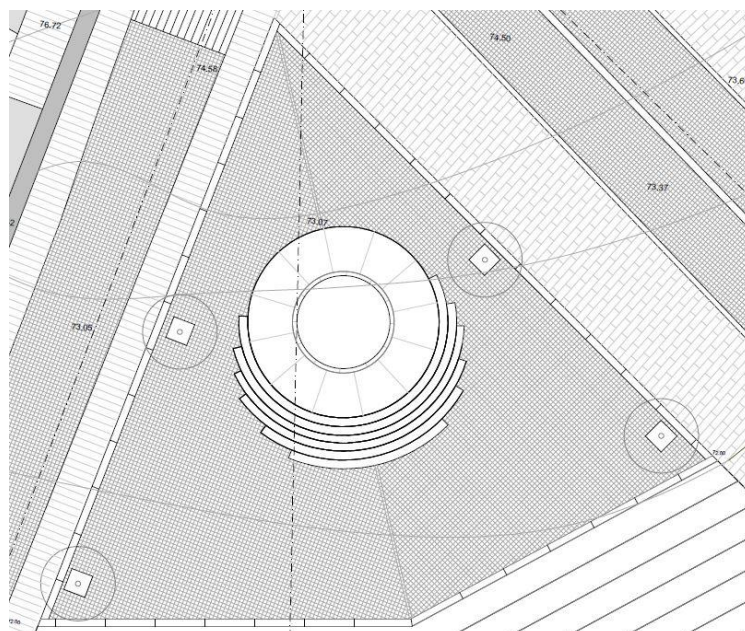


Figura 54 - Pormenor desenho do Largo Ator Dias. Fonte: Autor (sem escala).

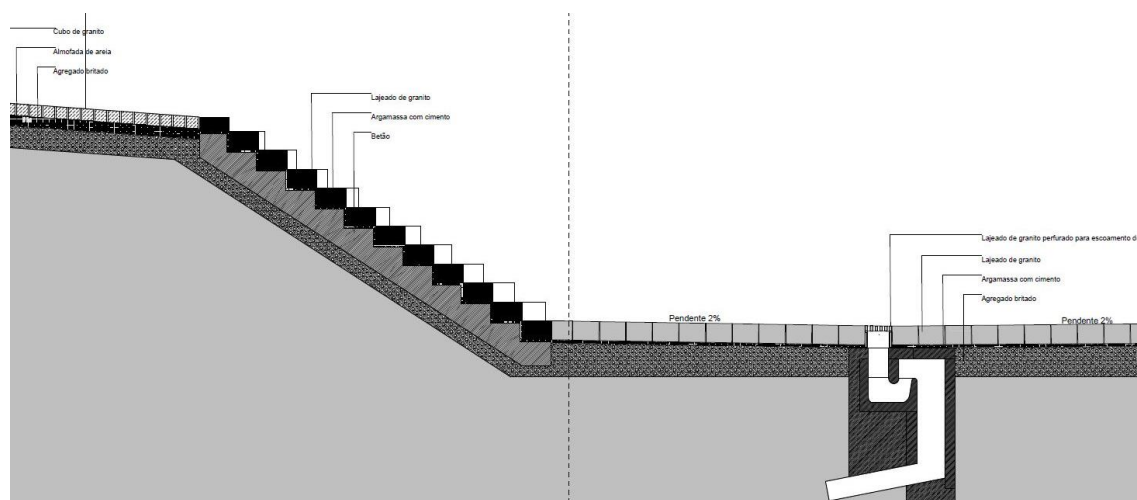


Figura 55 - Corte construtivo dos pavimentos do Largo e Rua Largo Ator Dias. Fonte: Autor (sem escala).

A passadeira existente proveniente da Rua Augusto Rosa é mantida, acrescenta-se uma outra numa cota mais baixo com ligação direta ao Largo, o material usado é o mesmo que o dos passeios, as lajetas de granito, para reforçar a distinção de zona de circulação de peão da faixa rodoviária.

O Largo é rematado com guias de granito e preenchido com pedras de granito orientadas em duas direções diferentes, paralelas as guias dos dois lados do triângulo, encontrando-se com o alinhamento de uma das pontas do triângulo e o meio das escadas que vai de encontro à entrada do edifício proposto.

Como este espaço era definido por uma zona descaracterizada devido ao estacionamento caótico, criou-se estacionamentos paralelos junto às habitações, separando-se através de uma guia de pedra os dois espaços indicados ao automóvel.

A escolha do material no projeto foi feita através do que pôde ser encontrado neste Largo, o material anteriormente existente consistia em cubos de granito e lajetas de granito, nesse sentido como forma de respeitar os valores positivos existentes, decidiu-se utilizar o mesmo elemento, mas de modo a distinguir os diferentes usos dos espaços do Largo.

Em geral, a filosofia subjacente a esta intervenção baseia-se em incluir todos os cidadãos tendo em conta as capacidades físicas e psicológicas de cada indivíduo, garantindo que todos os espaços têm circulação acessível, assim como manter a lembrança do passado e a história, com um desenho moderno que permita a valorização deste espaço público, oferecendo condições de vivência na cidade, esta ideologia foi possível através das análises feitas anteriormente acerca das intervenções do Arquiteto Fernando Távora e dos seus princípios.

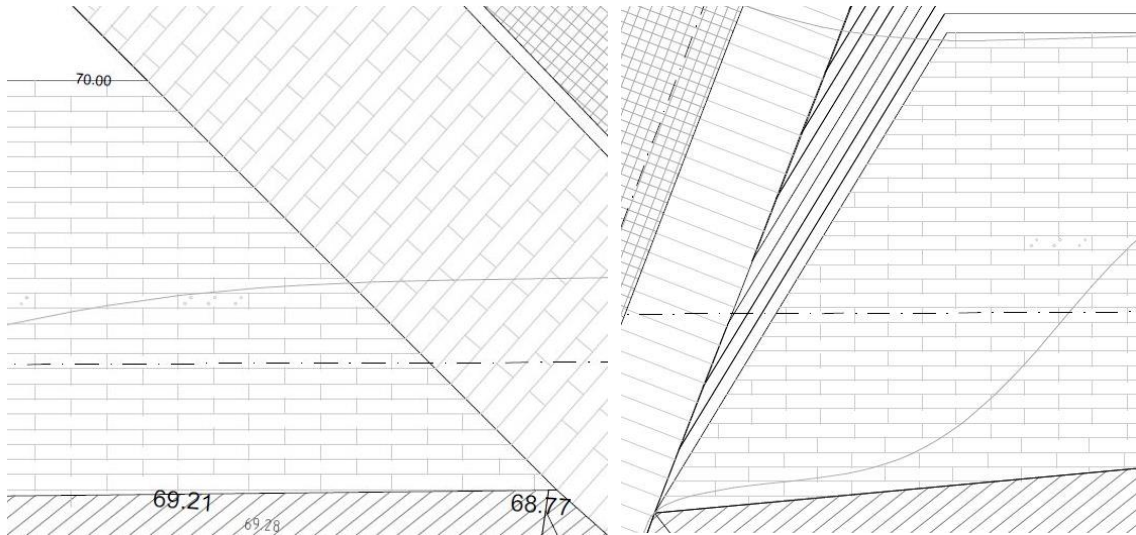


Figura 56 - Pormenores desenhos de pavimentos dos passeios. Fonte: Autor (sem escala).

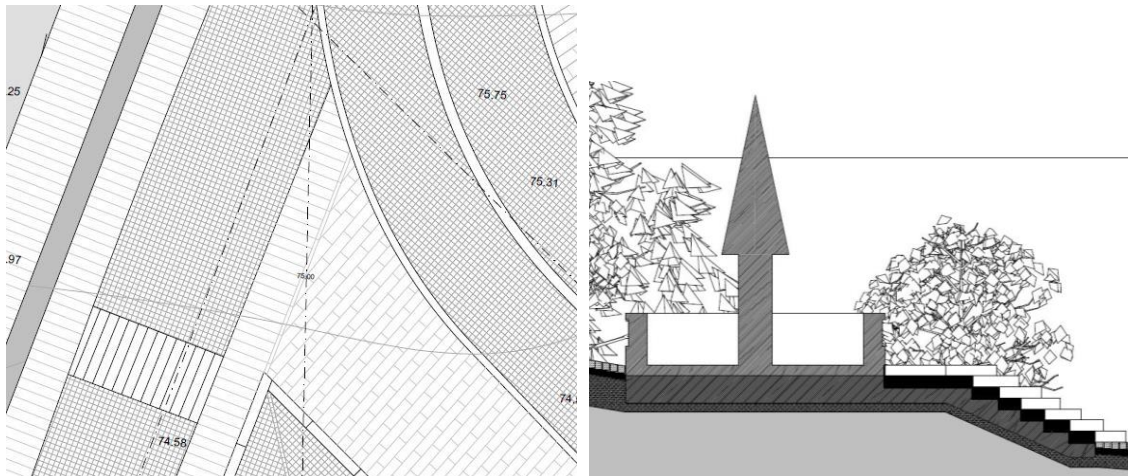


Figura 57 - Pormenor desenho de pavimentos dos passeios, faixa rodoviária e passadeiras; Corte construtivo fonte do Largo Ator Dias. Fonte: Autor (sem escala).

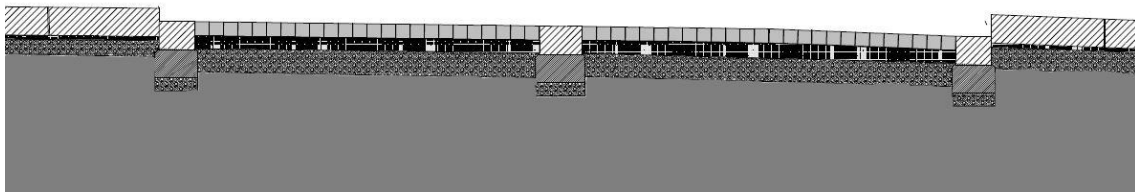


Figura 58 - Corte construtivo pavimentos da Rua Largo Ator Dias. Fonte: Autor (sem escala).

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fernando Távora foi um arquiteto português que deixou um legado importante de grande valor cultural aos arquitetos da sua geração e seguintes e aos portugueses em geral.

Nos seus desenhos estão sempre presentes os cidadãos, por era adepto de uma arquitetura humanizada, tendo sempre um grande empenho por relembrar o passado e a história do lugar, mas com um olhar moderno, o seu percurso fica assim marcado por uma constante oscilação entre a dicotomia tradição/modernidade.

A ideia de património enquanto valor histórico, patrimonial arquitetónico e urbano tardou em Portugal, durante muito tempo a ideia de reabilitação esteve associada apenas à recuperação do património arquitetónico de caráter monumental. A reabilitação urbana dos centros históricos só começa em Portugal após a revolução de 1974 e tendo como influência direta as experiências francesas, inglesas e italianas, que por sua vez influenciaram a «doutrina da conservação integrada», emergente do ano europeu do património arquitetónico, em 1975.

A situação de reabilitação do centro histórico de Guimarães assemelha-se a experiência italiana, através da delimitação de uma zona temática, essencialmente histórica para a qual estabeleceram diversos instrumentos de gestão territorial elaborados no último século, onde não só tiveram em conta a reabilitação do edificado, mas também a reabilitação dos espaços públicos urbanos da cidade, com a contribuição do G.T.L e do arquiteto Fernando Távora em conjunto com a participação pública dos cidadãos residentes nas áreas a intervencionar, foi assim que através destas ações conferiu a classificação do centro histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2001.

Távora relaciona-se com o espaço público no sentido social da vida pública, potencia os espaços para os cidadãos, daí resultar a atenção dada à organização do espaço, organiza-os de forma a convidar os cidadãos a que os usufruam, o que resulta em diferentes atitudes nos seus desenhos: a escolha da cota de implantação, a organização dos espaços, a autonomia figurativa das praças, que apesar de autónomas pertencem sempre a um sistema de espaços coletivos, esta unidade de conjunto é conferida através do uso de materiais locais nas variadas estereotomias, regularização dos passeios que geometrizam os espaços e o desenho dos pavimentos que dão proporcionalidade e organização aos espaços de praça.

Face às conclusões do estudo da metodologia de intervenção do arquiteto Fernando Távora, entende-se que o arquiteto tem um papel importante a desenvolver enquanto organizador do espaço, não devendo olhar somente para o mapa, mas para a sociedade dentro desse mapa, tendo também a consciência de que deve preservar o caráter puro inicial do espaço.

Através desses ensinamentos procedeu-se à sua aplicação no projeto do Largo Ator Dias, através do conhecimento dos aspetos característicos do lugar, considerou-se a fonte um ponto de referência deste local, por isso foi integralmente mantida e o uso do material local. Foi importante também compreender as problemáticas que tornaram este espaço sem condições de utilização para os cidadãos.

De forma a resolver os problemas encontrados, considera-se importante organizar os espaços da praça, através da distinção do espaço do peão e do espaço automóvel, que era algo que não acontecia e resultava numa zona caótica. O uso dos materiais locais, permitiu essa distinção dos espaços, a criação de passeios e zonas de estacionamento resolve também a necessidade apresentada pelos cidadãos deste espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, F. (1997). *Qualidade do espaço público e urbano. A ênfase da construção 4*. Revista Cadernos ESAP.
- Alves, F. M. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano, Proposta Metodológica*. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Barbosa, M. L. (2014). *Espaço público urbano, em constante transformação. Dissertação de Mestrado*. FEUP.
- Borja, J. (2000). *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadania*. Barcelona: Electa.
- Brandão, P. (2002). *O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público*. Lisboa: Centro Português de Design.
- Cardozo, M. (1953). *Guimarães: Uma página da História pátria: Catálogo da Exposição histórica da Cidade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- Correia, B. M. (2012-2013). *A experiência do Espaço público: paisagem, urbanismo, arquitetura e design. Dissertação Mestrado*. Faup.
- Costa, N. M. (2006). *A reabilitação do antigo como obra nova a partir da arquitetura de Fernando Távora, em Guimarães. Dissertação de Mestrado*. Porto: Faup.
- Dias, A. (2003). *Elevador dos Guindais Porto*. Porto: Caleidoscópio.
- Dias, M. G. (1999). *Ao Volante, pela cidade (dez entrevistas de arquitetura)*. Relógio D'Água Editores.
- Esposito, A., & Leoni, G. (2005). *Fernando Távora: Opera Completa* (1ª ed.). Milão: Electa.
- Espuche, A., & Navas, T. (1999). *La reconquista de la Europa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona e Institut d'Edicions de la Diputació de Barcelona.
- Ferrão, B. (s/d). *A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado*. Câmara Municipal de Guimarães.
- Ferrão, B. (s/d). *O conceito de Património Arquitetónico e Urbano na cultura ambiental vimaranense*. Câmara Municipal de Guimarães.
- Ferreira, A. N. (2014). *Largo Condessa do Juncal: um caso de estudo no centro histórico de Guimarães. Dissertação de Mestrado*. Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão FAA.
- Flores, J. (2000). *Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal. Dissertação de Mestrado*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Júnior, J. A. (s.d.). *Entre o plano e o declive, dissertação Mestrado*. EAPA.
- Krier, L. (1979). *The Cities Within the City II*. London, UK: Architectural Design.
- Lamas, J. M. (1993). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Le Goff, J. (1997). *Por amor das cidades-conversas com Jean Lebrun*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.
- Leite, A. R. (2009). *Fernando Távora e a Organização do espaço público em Guimarães. Dissertação de Mestrado*. Porto: Faup.
- Lima, S. R. (2011-2012). *Fernando Távora e o espaço público português. Dissertação de Mestrado*. Faup.

- Lopes, N. (2018). *O arquétipo do pátio no edifício contemporâneo: Lar residencial de idosos, Largo Ator Dias*. Ulp.
- Martins, P. M. (2014). *Reabilitação no Centro Histórico de Guimarães: Uma visão estratégica. Dissertação de Mestrado*. Feup.
- Matos, A. R. (2012-2013). *Cidade património cultural da humanidade, Guimarães: Da construção a reabilitação do centro histórico*. Faup.
- Mendes, P. (2018). *Composição do betão na fachada contemporânea: Lar residencial de idosos, Largo Ator Dias. Dissertação de Mestrado*. Ulp.
- Oliveira, F. (2001). *Chão da cidade - O plano esquecido*. FAUTL.
- Oliveira, T. R. (2010). *Memória, contexto e materialidade: enraizamento e continuidade na arquitetura do pós-guerra. Dissertação de Mestrado*. Faup.
- OMA. (2001). *Project on The City I: Great Leap Forward*. Taschen.
- Queirós, L. M. (2009). *As Ruas do Porto*. Figueirinhas.
- Reis, L. M. (2004-2005). *Fernando Távora: para uma arquitetura natural. Dissertação de Mestrado*. Faup.
- Roca, J. G. (2003). *Renovación, Restauración y Recuperación Arquitectónica y Urbana en Portugal*. Granada: UG.
- Santos, F. C. (2008). *Caraterísticas físicas e sociais do espaço público. Dissertação de Mestrado*. Universidade técnica de Lisboa.
- Serdoura, F. (2006). *Espaço Público: Lugar de Vida Urbana*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Serdoura, F. (2007). *As Dimensões do Espaço Urbano Público*. FAUTL.
- Serdoura, F. M. (2006). *Espaço público, vida pública: O caso do parque das nações. Dissertação de doutoramento*. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa.
- Távora, F. (1945). *O problema da casa portuguesa*. Semanário Aléo.
- Távora, F. (1954). *Do Porto e do seu Espaço*. Jornal Comércio do Porto, Suplemento de "Cultura e Arte".
- Távora, F. (1969). *Estudo de Renovação Urbana do Barredo*. (C. M. (CMP), Ed.) Porto.
- Távora, F. (Out/Nov de 1993). Boletim da Universidade do Porto nº19. pp.44. (B. P. Almeida, Entrevistador)
- Távora, F. (1993). *Teoria geral da organização do espaço: arquitetura e urbanismo: a lição das constantes*. Porto: Faup publicações.
- Távora, F. (1999). *Da organização do espaço* (4a ed.). Porto: FAUP.
- Távora, F., & Bernardo, J. (1993). *Fernando Távora: Percurso. A life long trail*. Lisboa: Centro Cultural de Belém.
- Tempo, P. B. (2002). *Expansão urbana e qualidade de vida: 1ª conversa desbragada*. Projeto Braga Tempo.
- Trigueiros, L. (1993). *Fernando Távora*. Lisboa: Blau.
- Zevi, B. (1996). *Saber ver a arquitetura* ((1ª Edição 1948), 5ª ed.). Martins Fontes.

FONTES ON-LINE:

Área de Reabilitação Urbana (ARU) Guimarães

<https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/area-de-reabilitacao-urbana-aru>

Websig - Mapas Online | Câmara Municipal de Guimarães - Planta de ordenamento, Planta de condicionantes

<https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/websig-mapas-online>

Operações de Reabilitação Urbana (ORU) Guimarães

<https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/oru-operacoes-de-reabilitacao-urbana>

Sistema Nacional de Informação Territorial

http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/

Diário da República Eletrónico-2ª série-Nº147-30 de Julho de 2010-Aviso nº15171/2010

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/1435182/details/normal?q=aviso+n%C2%BA15171%2F2010>

Arquivo histórico IGT Guimarães

http://www.dgterritorio.pt/sistemas_de_informacao/snit/arquivo_historico_de_igt_ah_pesquisa_por_subregiao/

Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva

<https://arquivoatom.up.pt/index.php/fundacao-instituto-arquitecto-jose-marques-da-silva>

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

<https://archeevo.amap.pt/details?id=131117>

Câmara Municipal de Guimarães - Divisão centro histórico

<https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/divisao-centro-historico>

Arquivo Municipal Porto

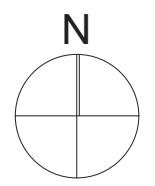
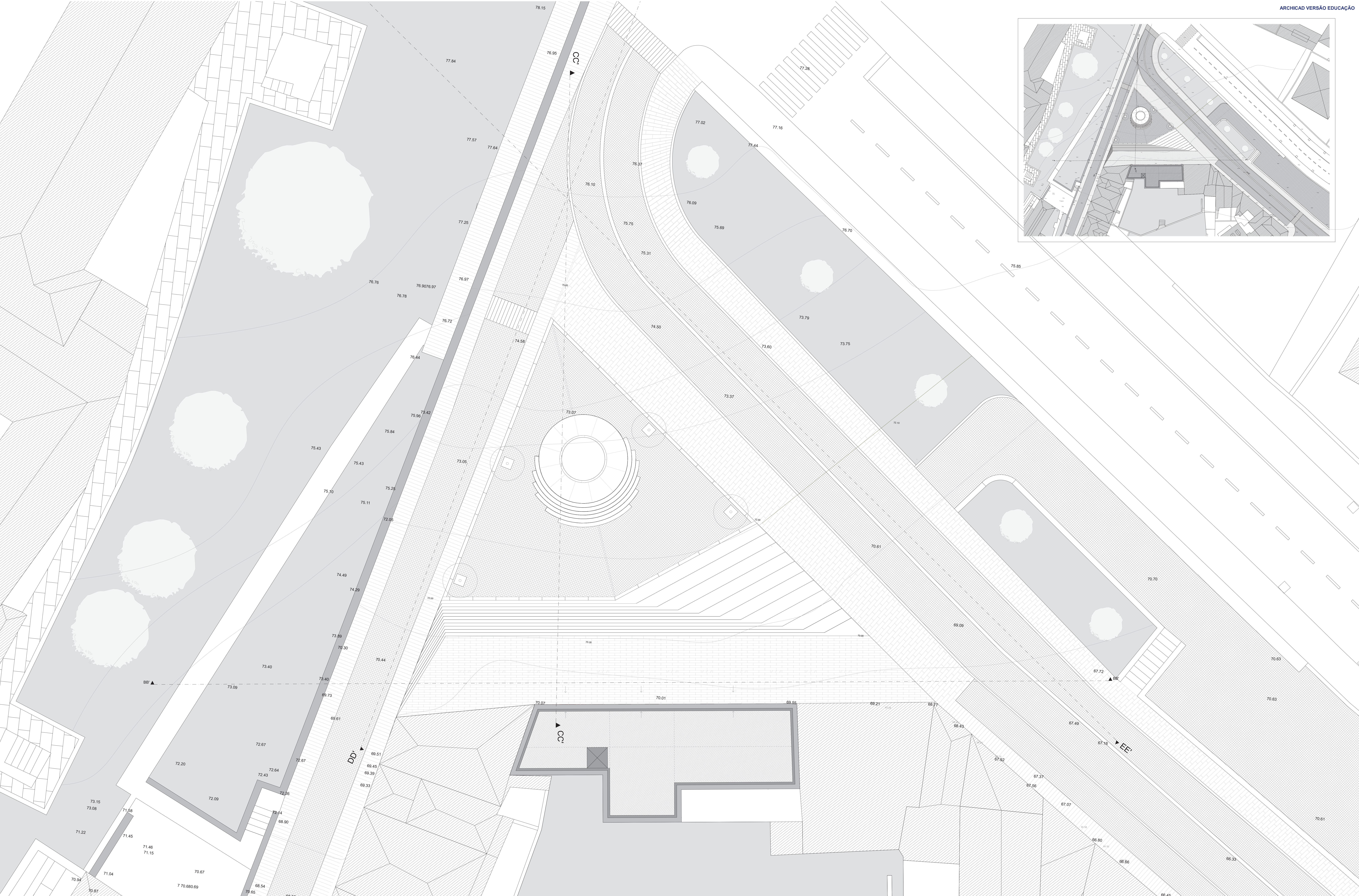
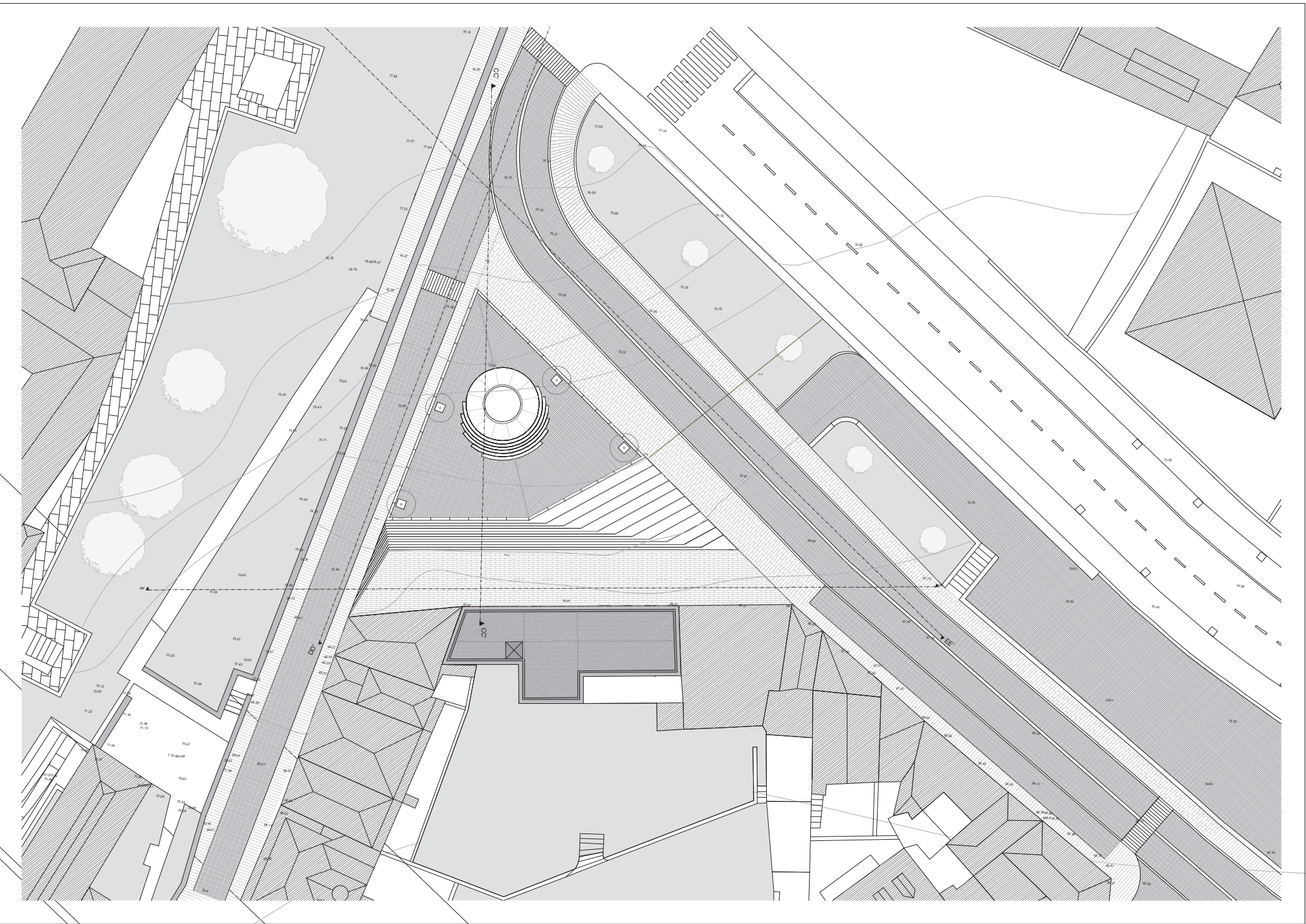
<http://gisaweb.cm-porto.pt/>

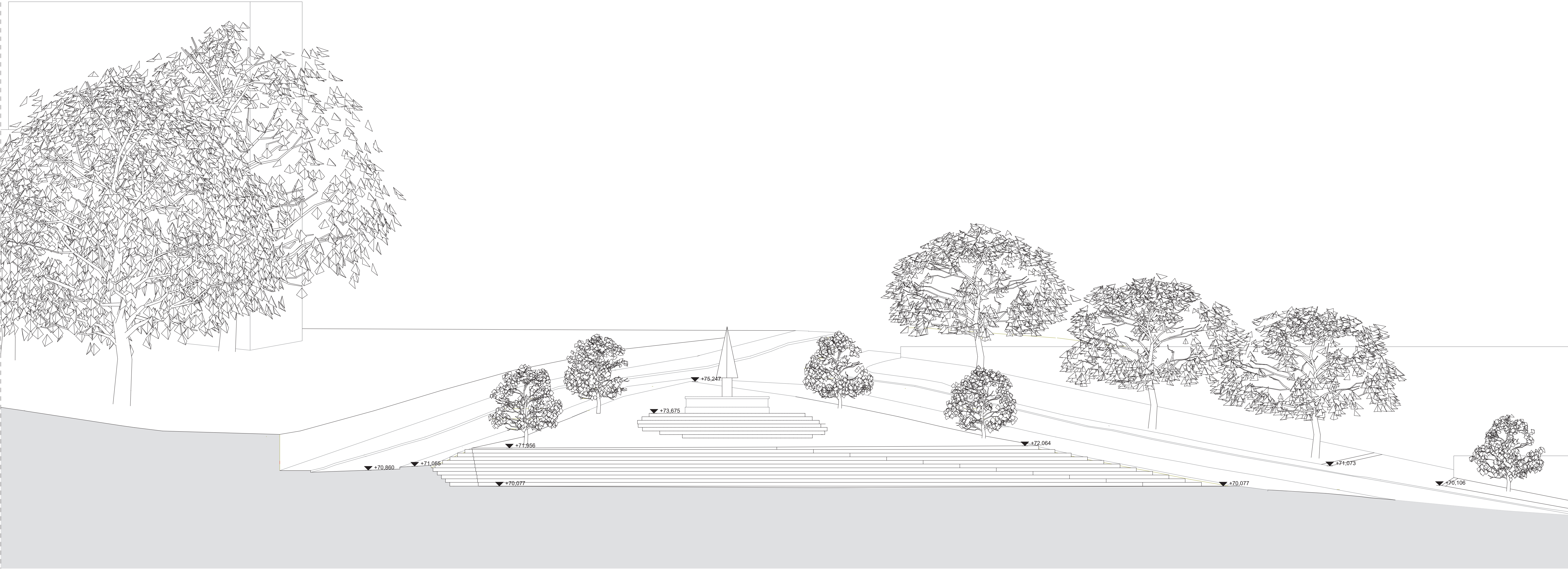
Mapas interativos do Porto

<https://portalsig.cm-porto.pt/portal/apps/sites/#/mipweb>

ANEXOS

Planta de implantação	1
Perfis	2
Cortes construtivos 1	3
Cortes construtivos 2	4





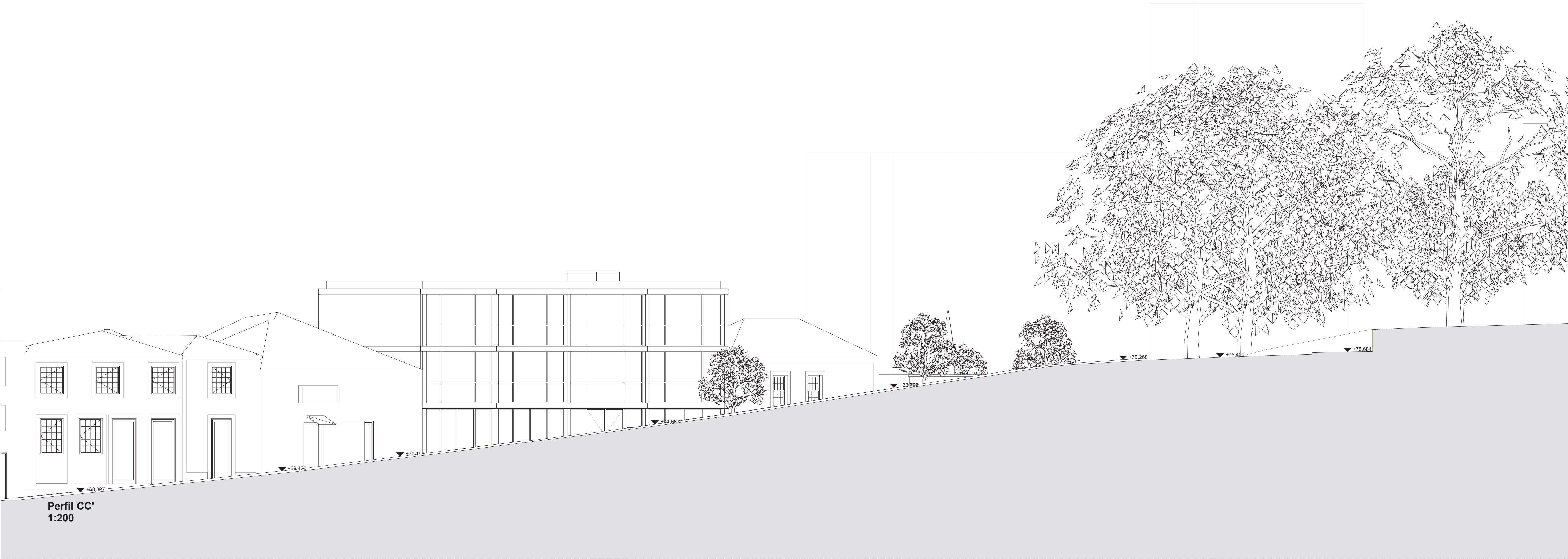
Perfil BB'
1:100



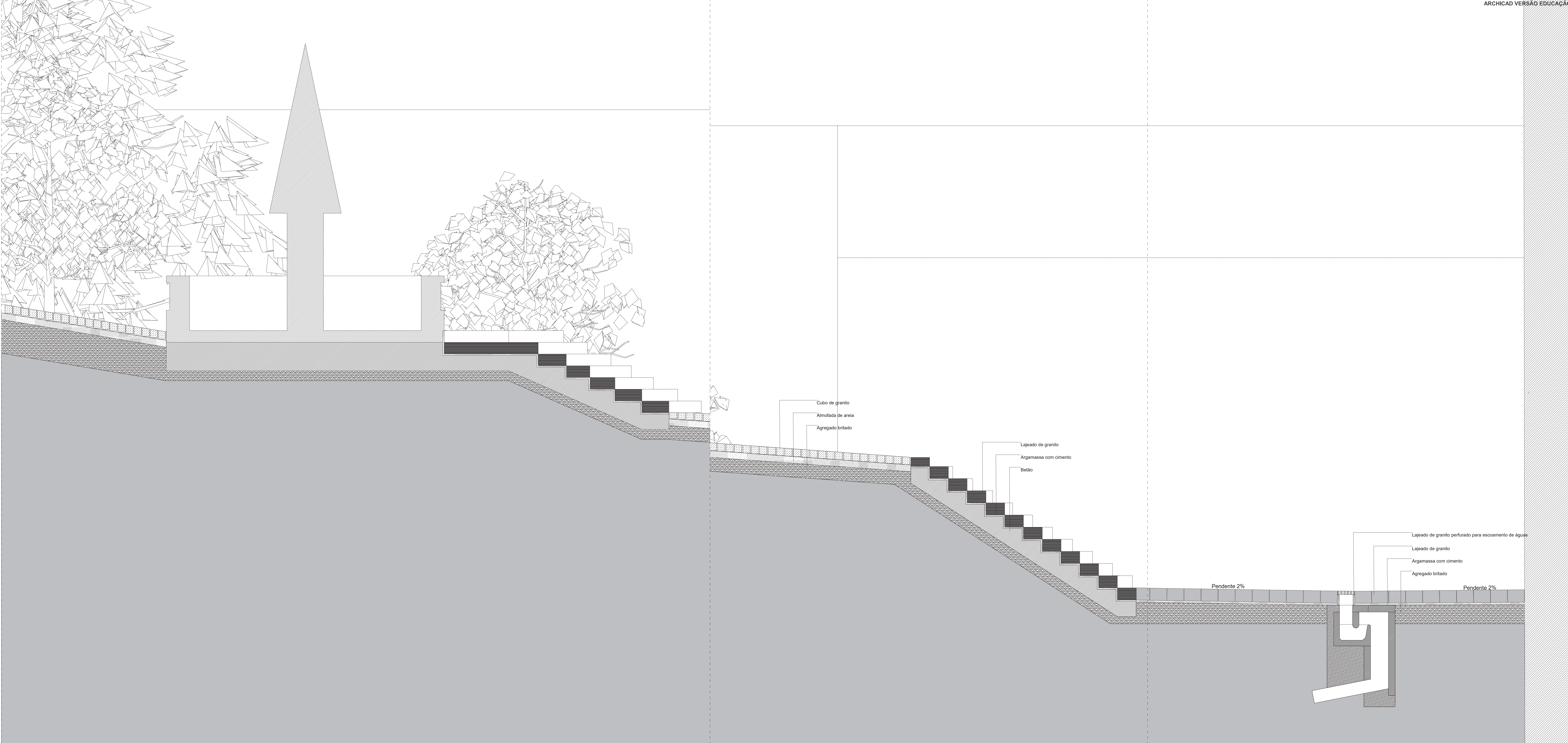
Perfil CC'
1:100



Perfil DD'
1:100

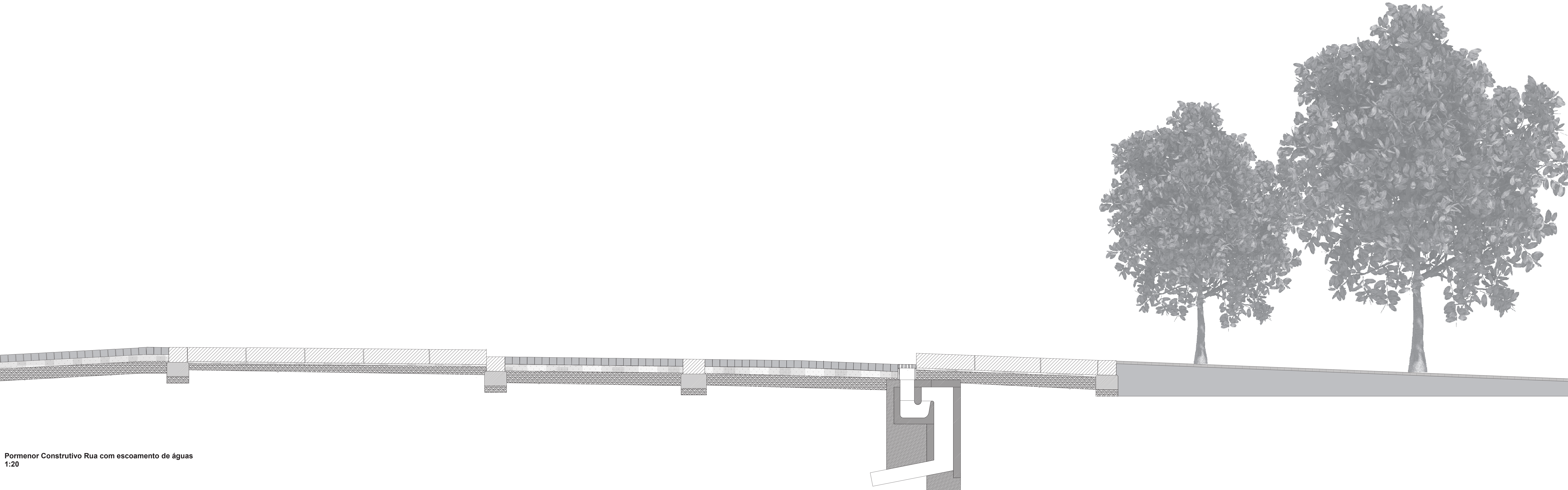


Perfil EE'
1:100





Pormenor Construtivo Rua
1:20



Pormenor Construtivo Rua com escoamento de águas
1:20